

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 032

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE ABRIL DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente o objetivo de indicar os nomes dos deputados que farão parte das Comissões Parlamentares

de Inquérito, aprovadas por essa Casa e que serão instaladas oportunamente:

Narcotráfico: deputado Fernando Ribas Carli

Roubo de cargas:

Supermercados: deputado Cezar Seleme

Combustíveis: deputado Tony Garcia

Medicamentos: deputado Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) TONY GARCIA

Líder do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na condição de líder do Partido Trabalhista Brasileiro, estou informando-lhe os nomes dos senhores deputados que deverão compor as Comissões Parlamentares de Inquéritos criadas por esta Casa de Leis:

Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico - deputados Algaci Tulio e Tiago Amorim;

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Roubo de Cargas - deputados Algaci Tulio e Tiago Amorim;

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Cartel dos Supermercados - deputados Ademar Luiz Traiano e Cesar Silvestri;

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Combustíveis - deputados Ricardo Chab e Ademar Traiano;

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos - deputados Luiz Accorsi e Carlos Simões.

Certos de estarmos contribuindo para o bom andamento das Comissões elevamos protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O líder do PMDB no uso de suas prerrogativas, comunica que em decisão unânime dos deputados estaduais que compõem a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, os mesmos não participarão da composição e dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's), pertinentes ao Roubo de Cargas, a Adulteração dos Combustíveis, Sonegação de Impostos pelos Distribuidores de Petróleos e Postos de Gasolina, dos Medicamentos e do Cartel de Supermercados, ficando como indicado para compor a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado o deputado Edson Strapasson.

Tal comunicado tem como objetivo principal o fato de não concordamos com os assuntos abordados, sabendo-se que fatos graves e importantes estão sendo encobertos pelos temas descritos acima.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para renovarmos, votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) NEREU MOURA

Líder do PMDB

Relatório:

“RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO NARCOTRÁFICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Senhor Presidente.

Iniciados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus membros, criou uma Comissão Especial de Investigação a fim de dar suporte à CPI do Narcotráfico em razão dos indícios de que a criminalidade organizada para o tráfico de drogas mantinha suas raízes bem fundadas neste Estado.

Em 22 de novembro último, pelo Excelentíssimo senhor presidente da Casa o nobre deputado Nelson Justus, foi instalada a comissão, integrada pelos Excelentíssimos colegas: deputado Ângelo Vanhoni, que por decisão do grupo recebeu a incumbência de presidir a comissão; deputado Algaci Tulio, honradamente aceitou a incumbência de vice-presidente da comissão; pelo subscritor deste a quem coube a tarefa de relatoria dos trabalhos; pelo nobre deputado Tiago Amorim, escolhido sub-relator e pelos Excelentíssimos senhores deputados Caíto Quintana, deputado José Maria Ferreira e deputado Luiz Carlos Alborghetti.

A primeira reunião ordinária desta comissão especial de investigação foi realizada em 30.11.1999, quando foi solicitada a presença do Excelentíssimo senhor delegado doutor Aduino Abreu de Oliveira, Chefe da Força Especial de Repressão Antitóxica, grupo da polícia civil deste Estado, especializado, conhecido pela sigla Fera.

O doutor Aduino Abreu de Oliveira manifestou à comissão que foi convidado para intervir na Delegacia de Anti-tóxico em razão do grande número de casos de corrupção envolvendo policiais civis, usuários de drogas a traficantes naquele órgão especializado que, segundo o delegado, atualmente representava “uma delegacia mal afamada...” já que a ineficiente fiscalização da atuação policial haveria propiciado a associação do traficante e do dependente de tóxico a policiais corruptos. Situação de ganho para o crime organizado em detrimento da sociedade.

Das informações prestadas pelo doutor Aduino ressaltou o ilustre policial que a estrutura deveria ser acompanhada pelo Ministério Público, o que de fato, funcionou na Delegacia Anti-tóxico por mais ou menos um ano e meio.

Informou que por motivo que desconhece foi afastado da delegacia e o grupo que criou, o Fera - Força Especial de Repressão Antitóxica, foi esvaziado, ficando com um contingente de dois delegados e seis agentes para combater o narcotráfico em todo o Estado do Paraná, o que seria inviável para o combate até mesmo em um bairro da grande Curitiba.

Relatou que depois de alguns meses, após reinstalado, deu prosseguimento às investigações na cidade, chegando ao nome do policial civil Humberto Aparecido Terencio, em atividade na Capital que foi preso com, aproximadamente 1.800 bolas de haxixe, meio quilo de cocaína, maconha, armamento proibido e apetrechos para falsificação e adulteração de chassis de veículos, além de documentos furtados. O policial foi julgado e condenado a 24 (vinte e quatro) anos de prisão.

Após estes acontecimentos, com novas alterações da direção do comando da Polícia Civil o informante foi afastado de suas atividades no Grupo Fera, ficando sem notícias de policiais envolvidos com o narcotráfico, retornando após cerca de dois anos a atuar na repressão ao narcotráfico. Narrou o ilustre delegado que ainda que com instalações precárias e sem material para as investigações, na época da Delegacia de Antitóxicos, levantou cerca de 2000 (duas mil) denúncias envolvendo traficantes, instalando também o telefone nº 342-3860 que na época deste depoimento já somava 30 (trinta) dezenas de denúncias feitas pela população de Curitiba.

Sem citar nomes, para a proteção de investigações em curso, relatou a existências de vários policiais envolvidos com o narcotráfico na capital paranaense.

Denunciou que em inúmeros casos os acusados presos em flagrante são colocados em liberdade por excesso de prazo na instrução, que no Departamento de Toxicologia do Estado, freqüentemente há falta de reagente para o exame toxicológico de maconha, faltando estrutura e condições de trabalho nos IML's.

Em seu depoimento perante a CPI do Narcotráfico, em Brasília, no dia 17.02.1999, o mesmo repetiu basicamente o conteúdo das informações feitas na CEI/Paraná.

Narrou que os policiais que investigavam a corrupção entre seus pares não se sentiam a vontade para prender os companheiros de milícia. Que o crime organizado se instalara em Curitiba e no Estado com várias conexões entre traficantes de drogas, ladrões de automóveis e roubo e desvio de carga. Denunciou a insistência de controle efetivo das fronteiras com outros estados e divisas internacionais e que o transporte de drogas no Paraná é feito por via terrestre, sendo a BR 277 uma das principais rotas.

Na segunda reunião ordinária da CEI, no dia 06.12.1999, esteve presente o Excelentíssimo senhor deputado federal Padre Roque, com o objetivo de expor sobre os trabalhos da CPI Federal no que tange às informações envolvendo o Paraná no narcotráfico nacional.

O nobre deputado relatou que este Estado possui o papel de destaque pela localização geográfica e por contar com apoio de alguns policiais corruptos.

E contribuiu no sentido da necessidade de aparelhamento da polícia, já que puderam constatar que as instituições não estão preparadas para combater o crime organizado, ou seja, nem a polícia, nem o Poder Judiciário ou o Ministério Público.

Aduziu que muito se discute sobre a necessidade da unificação das polícias civil e militar e a centralização num só órgão estatal. Considerou que todas as esferas do poder estão contaminadas pelo crime organizado e que a população, em todos os lugares visitados pela CPI contribui imensamente com denúncias.

Na terceira reunião ordinária da comissão, em 15.12.1999, a comissão ouvir o depoimento da senhora Shirley Aparecida Pontes, que esteve presente acompanhada de sua ilustre procuradora doutora Mary Helena Baraskin.

A depoente relatou que foi presa em abril de 1991, envolvida no roubo do Conglomerado Banestado, sendo transferida para o 9º distrito policial da capital, de onde foi resgatada por um grupo fortemente armado, que, segundo informações o grupo era ligado ao traficante Fernandinho Beira Mar.

Que após sua fuga, foi informada de que o Cope recebera uma denúncia de que a mesma estava em Maringá, recapturando-a com drogas e em companhia de outras duas pessoas.

A partir daí, a depoente limitou-se a negar todo e qualquer envolvimento com o tráfico de drogas, divagando nas respostas e não colaborando de forma alguma com as investigações.

Na quarta reunião ordinária da comissão, em 20.12.1999, a comissão inquiriu o senhor Rafael Leandro Valenga.

Após depor perante os Excelentíssimos senhores promotores lotados na Promotoria de Investigação Criminal, o depoente se propôs a colaborar com esta comissão.

Por isso, denunciou o envolvimento de policiais e alguns comerciantes da cidade de Cascavel com o tráfico de drogas, roubo e desvio de cargas.

O depoente que é natural de Curitiba e conta com 22 anos de idade, tem aproximadamente 15 passagens pela 15 subdivisão Policial de Cascavel, pelas quais figura com réu em 11 ações penais em trâmite no Fórum de Cascavel.

Denunciou a existência de uma quadrilha integrada por policiais instalada na cidade de Cascavel, que pratica o narcotráfico, estelionato, lesão corporal e tentativa de homicídio.

Informou que os policiais não saem de Cascavel porque pagam pedágio para lá permanecer.

Que no comando da Delegacia estava o doutor Osnildo Carneiro e posteriormente doutor Lavision. Declarou também que o superintendente Manoel Pedro tomou o celular do mesmo não devolvendo até a presente

data. Cita ainda outros nomes de policiais envolvidos em atos criminosos, tais como João Negui, Lúcio Augusto, Ivo e o escrivão Lima.

O esquema, segundo o depoente envolveria todos os citados no tráfico de drogas, compradas por eles ou até mesmo apreendida. E mais, relatou que os criminosos se utilizam de estradas vicinais ou mesmo a BR 277, Foz do Iguaçu - Cascavel, na maioria das vezes sem passar por barreiras.

As rotas são via Santa Helena, Esquina Azul, Vera Cruz do Oeste até chegar em Cascavel. Toledo, Estrada de Chão, ainda via Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Toledo até Cascavel.

Que seguem pelo Rio fazendo baldeações, deixando um pouco em cada chácara, fazendas e sítios, onde policiais são proprietários. Referiu-se que os policiais Gilberto e Volnei são muito ricos.

Denunciou o depoente que ao tentar informar o que acontecia em Cascavel sofreu ameaças de um comissário de menor chamado de Humberto Tinoco Martins.

O depoente informou ainda que prestou declarações aos repórteres do SBT que gravaram seu depoimento.

No dia 17.02.2000, o Excelentíssimo senhor deputado Ângelo Vanhoni, nobre presidente desta CEI, foi ouvido na CPI -Nacional, na Câmara dos Deputados em Brasília.

Lá, segundo as notas taquigráficas de seu relato, informou sua surpresa, ao ouvir informações de que o traficante Fernandinho Beira Mar, teria ligações com pessoas residentes no bairro da Barreirinha, nesta Capital, o que despertou nos deputados estaduais a realidade do narcotráfico no Paraná, ocasionando a instalação desta CEI.

Afirma, em suas declarações, o nobre colega, que o Paraná não é um estado periférico com relação ao crime organizado, pois suas fronteiras com os países do Mercosul e divisas com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, propiciam um local ideal para o tráfico de drogas, roubos de carros, roubo e desvio de cargas e tráfico de armas.

Que Foz do Iguaçu é um paraíso para as empresas de câmbio e remessas de dinheiro para o exterior, por onde passaram alguns bilhões de reais somente no ano de 1999.

Que o PR não seria tão somente rota de passagem das drogas, mas mercado consumidor para o comércio em grande escala, vide as apreensões de grandes quantidades de droga.

Neste mesmo dia, 17.02.1999, a CPI Nacional inquiriu uma testemunha que por segurança foi identificada como dependente 1.

A finalidade do depoimento foi informar à CPI o envolvimento de policiais civis com o narcotráfico em Curitiba.

O depoente era usuário e adquiria drogas com os policiais Mauro Canuto e Edmir Silveira. Afirmou que está afastado a aproximadamente dois anos das drogas, porém sabe que tudo continua como antes. Que os citados

policiais vendiam o produto criminoso na rua sem nenhum constrangimento, inclusive pelo telefone celular realizavam seus negócios.

A droga negociada era cocaína, seu fornecedor era outro policial de nome Samir, que por sua vez adquiria de um empresário de nome Issan, residente em Araucária/PR. O depoente oculto relatou ainda que o policial Mauro Canuto era proprietário de uma lanchonete denominada Waldo Chesse Picanha. E que é de conhecimento do depoente que todos os policiais possuem armas de grosso calibre, provenientes de contrabando do Paraguai.

Disse que os policiais envolvidos com tráfico de drogas possuem bens incompatíveis com os seus salários. Que um empresário de nome Eloí Biesos tinha ligações com o policial Mauro Canuto, e que o empresário era proprietário de uma empresa de táxi aéreo chamada Helisul.

Declinou o nome de outro policial com ligações com Canuto, de nome Edson Clementino da Silva.

Dando continuidade aos trabalhos da CPI-Nacional neste dia foi ouvida outra testemunha denominada de Depoente 02, igualmente com a identidade protegida.

A testemunha informou que aproximadamente 30 dias antes havia sido preso por policiais do 7º DP da Capital paranaense e foi extorquido em 15 mil reais para que não fosse indiciado no Art. 12. Dois dias depois o depoente se dirigiu até o Grupo Fera onde comunicou o fato, ficando a disposição para elucidar o ocorrido, informou que queria depor na CPI, pois temia pela sua segurança e tem informações de que a droga é comercializada em Curitiba por policiais civis.

Quando da sua prisão no 7º DP o Delegado de plantão era o doutor Noel, o escrivão Nei Prosdócimo e estavam presentes os investigadores Wagner, Jaques e Marcos. O dinheiro foi dado pela sua namorada nas mãos do policial Wagner.

O depoente ainda faz algumas divagações envolvendo pessoas que teriam relações com o narcotráfico em Curitiba, tais como um tal Wellington, traficante que atua na rua Vicente Machado. Citou também Antonio Pelizetti como advogado que atende a todos os policiais com problemas na Justiça.

Há um depoimento carreado ao material desta CEI que deve ser referido neste relatório, pela sua relevância, o do motorista Jorge Meres Alves de Almeida, em 25.08.1999, na Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Maranhão. O depoente afirma que o advogado William Marques mandou contratar na cidade de Pinhais - PR os serviços da Carretas Gauchinho para transportar mercadorias roubadas e compradas pelo advogado.

Afirmou ainda que a empresa Conforto, com matriz em Campina Grande/PB com filial em Cascavel/PR é utilizada para desova de eletrodomésticos roubados.

Além dos depoimentos lidos e tomados a CEI empreendeu também a iniciativa de manter contato com autoridades responsáveis acerca do estado das medidas de repressão e apuração dos delitos de narcotráfico.

Assim passa-se aos relatórios fornecidos pelas polícias Federal e do Estado acerca da quantidade de drogas apreendidas, em resposta ao ofício enviado por esta CEI para a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal do Estado do Paraná, foi encaminhado pelo superintendente, Excelentíssimo senhor Luiz Glicério Silveira Ferrari, mapa estatístico das apreensões de drogas, com total geral e por região do Estado, de 1996 até 30 de novembro de 1999.

No âmbito da Polícia Federal foram apreendidos 936.16Kg (novecentos e trinta e seis quilos e dezesseis gramas) de cocaína, 11.785.02Kg (onze mil setecentos e oitenta e cinco quilos e duas gramas) de maconha e 452.85 (quatrocentos e cinquenta e dois quilos e oitenta e cinco gramas) de crack.

Quanto às apreensões da Delegacia de Antitóxicos de Curitiba, através de dados elaborados pela Associação da CEI, é possível ver que em 1998 e 1999 foram apreendidos 12.580 Kg (doze quilos quinhentos e oitenta gramas) de maconha, 2.477Kg (dois quilos quatrocentos e setenta e sete gramas) de cocaína e 10.199Kg (dez quilos cento e noventa e nove gramas) de crack.

Estes números, creia-se, são irrisórios.

Dados da Polícia Federal confirmam que desconsiderando as duas maiores apreensões de cocaína em 99, uma de 300 quilogramas e outra de 50 quilogramas, feitas em Londrina e região, restam apenas 29,4 quilos apreendidos em todo o Estado. Muito embora esta relatoria não tenha recebido as cópias dos depoimentos tomados pela CPI Nacional na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pode-se constatar a partir de alguns depoimentos ouvidos, que determinados depoentes afirmavam ter negociado e até mesmo “caído” com quantidades infinitamente superiores aos dados estatísticos.

Sem dúvida, os dados das apreensões procedidas vem apenas endossar os depoimentos prestados constatando que além de pouco se fazer na repressão ao tráfico, a corrupção infiltrada nos organismos policiais é uma realidade há muito tempo instalada. Os dados também confirmam que as estruturas atuais são insuficientes e frágeis frente às necessidades que se apresentam.

Há muito a ser feito. Foi possível, no âmbito da CEI acumular dados que não podem ser divulgados, sob pena de prejuízo às futuras investigações. Constituem-se em relatórios contendo a relação de crimes envolvendo assaltos a banco, roubo de cargas, desmanches, roubo de veículos, lavagem de dinheiro, narcotráfico, além da relação de pessoas a serem investigadas sobre remessa de recursos para o exterior, a partir do trabalho desenvolvido pelo Excelentíssimo procurador da República, doutor Celso Antonio Trêz, a fim de se averiguar as interligações entre estas práticas criminosas e possíveis práticas de crime organizado. Tais relatórios, de divulgação restrita, constituem, juntamente com as denúncias efetuadas pelo disque-denúncia, um verdadeiro plano de operações para a vindoura e imprescindível Comissão Parlamentar de Inquérito a ser criada por esta Casa.

Se a remessa de lucros para o exterior, através das contas CC5 é operação legal e mecanismo amplamente utilizado por aqueles que geram emprego e contribuem para a economia do País, também sabe-se que pouco tem feito o Banco Central na fiscalização da origem dos valores e identificação de possíveis casos anormais.

Por isso é preciso um exame profundo e cuidadoso de todos os dados, com a finalidade de verificar a relação entre as remessas de dinheiro para o exterior, através das contas CC5, e o tráfico de drogas e roubo de cargas, pois o fenômeno da criminalidade organizada, como se sabe, no mundo inteiro se utiliza de sistemas bancários na lavagem do dinheiro sujo das drogas.

A criminalidade organizada é um fenômeno transnacional. E o Estado-deliqüencial se instala nas lacunas deixadas pelo Estado Constitucional, basta atentar-se para a realidade dos morros na cidade do Rio de Janeiro, para o império exercido pela Máfia na Itália e por aí segue.

A situação do tráfico de drogas no Brasil é grave e o Estado do Paraná merece especial atenção. É preciso que todos nós, a sociedade paranaense e o Estado (compreendido na expressão o Executivo, o Legislativo e, especialmente, o Judiciário), devemos nos convencer que a situação é realmente grave.

O Paraná mantém fronteiras que o tornam um espaço geograficamente privilegiado, exposto ao trânsito da bandidagem, que está a merecer especial atenção das autoridades do Estado e da União.

Postas tais premissas, é preciso indicar uma outra de igual ou maior importância.

Trata-se de dizer que nem esse e nenhum outro governo está em julgamento, eis que os trabalhos evidenciaram que os vícios que contaminam setores da Segurança Pública no Paraná são antigos. Não é de hoje que se houve falar de práticas de atos de corrupção em delegacias, especialmente na área das drogas.

Muito já se ouviu sobre pessoas que são detidas em flagrante e inquéritos policiais que nunca são instaurados.

Não bastasse isso, os vícios diagnosticados aqui estão presentes nos outros estados brasileiros e há alguns Estados que ainda contam com seus coronéis centenários, impedindo a apuração da corrupção e o conseqüente retorno à ordem.

Não é de hoje que os estudiosos se ocupam da questão. Jorge Silva, na sua obra Controle da criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional (Editora Forense, 2ª edição, 1999, páginas 128/129) assinala que: “O crime organizado propriamente dito é constituído de grupos numerosos, rigidamente hierarquizados e com atuação em múltiplas atividades clandestinas, tais como o jogo, o lenocínio, o tráfico de drogas e o contrabando. A sua atuação é baseada no controle de áreas geográficas delimitadas, por onde se descentraliza a hierarquia da organizada. A disciplina é mantida com punições rígidas, amiúde com a ‘pena’ de morte. As conexões com setores oficiais (e particulares também) é fundamental, e a corrupção de funcionários de autoridades é

vital. E os ‘capos’ aparecem desempenhando funções empresariais regulares e raramente permitem-se flagrar no cometimento dos delitos aos quais a organização se dedica”.

Ou seja, independentemente do partido a que pertence o governador de plantão, está claro que as patologias aqui diagnosticadas estão a contaminar as polícias por todos os Estados do País. E se a criminalidade organizada é um fenômeno mundial e transnacional, o que se dirá das fronteiras internas do Brasil, onde o Paraná está estrategicamente situado.

Como visto, o crime organizado está amplamente lastreado pelo mundo e tem que contar, obrigatoriamente, para seu êxito, com o braço de poder no setor público e/ou uma atividade econômica aparentemente legal.

Daí decorre que a impunidade para com os personagens do crime tem sido rotina, o que conduz cada vez mais as instituições encarregadas em combater o crime ao descrédito Público.

A demora nos julgamentos, na punição, também produz descrédito. O Poder Judiciário deve dar a sua contribuição sendo ágil, no sentido de maior rapidez nos julgamentos e, de conseqüência, na punição ao indivíduo criminoso, dando maior confiança a população que depende da celeridade para poder acreditar na justiça. No caso paranaense, há a proposta da criação de varas especializadas, que deve merecer a consideração daquele poder.

Até o presente momento pode-se observar que os órgãos de segurança do paraná, em alguns seguimentos, têm sua estrutura seriamente comprometida com o narcotráfico, de tal sorte que as medidas implementadas até agora são insuficientes para restabelecer a confiança da população.

Se a necessidade da colaboração internacional é uma providência indispensável, como restou concluído no Encontro em Assembléia Especial das Nações Unidas, ocorrida em Nova York e em junho de 1998, ocasião em que se formulou o princípio da responsabilidade compartilhada entre as nações e o compromisso, de 153 países, dentre eles o Brasil, de enfrentar o fenômeno do crime organizado e eliminar, dentro de dez anos, o problema representado pelas drogas ilícitas, o que se dirá da necessária ação conjunta das instituições deste Estado.

Repito, a situação é grave e merece uma profunda e ampla análise na busca de soluções efetivas para o combate à criminalidade organizada em nosso Estado.

A situação revelou-se ainda mais preocupante quando, no último dia 06 de abril, esta CEI recebeu do Excelentíssimo senhor procurador de Justiça, doutor Dartaganan Cadilhe Abilhoa, coordenador criminal do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais do Ministério Público do Estado do Paraná, o Ofício nº 090/CAOPC/2000, contendo uma interessante análise da situação que estamos a examinar, além de propostas com o objetivo de contribuir na melhoria das instituições policiais.

Refiro-me ao aumento da preocupação porque aquele ilustre Procurador de Justiça refere-se a existência de atritos entre a Polícia Civil e o Ministério Público e propõe: “Para pôr-se pá de cal em questão que vem criando atritos entre a Polícia Civil e o Ministério Público, importaria a edição de Resolução no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, determinando que as policiais aceitem as ações de controle externo de suas atividades, tal como previsto na Carta Magna na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar Federal nº 8625, de 12/02/93), na Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal nº 75, de 20/05/93), que contém normas supletivas e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 85, de 27/12/99). Em tal Resolução seriam discriminadas as ações específicas de controle externo a serem realizadas por Promotores de Justiça de acordo com o contido nos diplomas legais acima referidos”.

Essa divergência deve ser resolvida urgentemente, eis que inconcebível que interesses corporativos, claramente contrários aos interesses da sociedade, possam prejudicar e até inviabilizar a necessária e salutar atuação conjunta entre o Ministério Público e a Polícia Civil.

Os atritos entre as autoridades diretamente responsáveis pelo combate à criminalidade só é benéfica ao bandido e a sociedade paranaense não pode tolerar tais procedimentos.

Outra questão que tem atormentado os especialistas na matéria é a eterna confusão que reina no país (e no Paraná) entre as competências e as atribuições das Polícias Civil e Militar. A respeito, Jorge Silva também constata que: “... por mais que se procure demonstrar que os nomes nada tem a ver com as competências e atribuições das duas organizações, por ignorância ou má fé insiste-se na confusão, em deixar no ar a idéia de que a única diferença entre as duas polícias é que uma é militar e outra é civil.

E empenha-se a polícia dita “civil” a judiciária, em patrulhar as ruas viaturas ostensivas, agora com jaquetas e bonezinhos uniformes com a inscrição Polícia Civil em letras garrafais e a polícia dita “Militar” ostensiva, em ações de tipo militar e em tentar apurar crimes consumados. Tudo às avessas. (obra citada, pág. 194).

Nesse contexto, necessário se impõe mudança em bloco envolvendo vários setores e instituições, o Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Federal. Polícia Militar e Civil, Receita Federal e Banco Central. Essas estruturas devem estar agindo de forma ordenada e em constante sintonia, trocando informações e com cadastros atualizados dos criminosos que possuem grande poder de fogo.

A problemática do narcotráfico no país e no Estado do Paraná, reacende a necessidade de se investir mais nos agentes públicos que atuam na área da segurança pública (policiais, delegados), que devem estar constantemente se atualizando através de cursos e reciclagem nas mais variadas áreas, técnica, psicologia, sociologia, direitos humanos, política, dentre outras, e que devem estar muni-

dos de todas as condições necessárias para o desempenho de sua função.

É preciso profunda análise crítica em torno da utilização dos fundos criados para o sustento das estruturas policiais, eis que não é admissível a absoluta ausência de informatização das delegacias de polícia e que a polícia técnica tenha seu trabalho prejudicado pela falta de material.

Não é despidendo relatar-se que nesta Capital as Delegacias de Polícia sequer possuem computadores, sendo os depoimentos tomados pelos escrivães em simples máquinas de escrever manuais. É do domínio público que o advogado Luiz Renato Crovador recentemente assassinado, doava computadores para as delegacias da capital. Ou seja, a omissão da autoridade estatal abre os espaços para que se criem situações absolutamente indesejáveis e perigosas para a idoneidade da polícia.

Diante de todas as questões postas e atendendo ao que preceitua a Carta Magna acerca das prerrogativas e tarefas das comissões parlamentares, proponho algumas medidas que visam alterar preceitos falhos, inoperante e deficientes.

1) Controle externo da atividade policial

Sabe-se que o controle externo da atividade policial é medida prevista na Constituição Federal, a ser exercida pelo Ministério Público. Assim prevê o art. 129, VII, da CF, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar Federal nº 8625, de 12.02.93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal nº 75, de 20.05.93) e Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual nº 85, de 27.12.99).

A rigor, são doze anos de poder fiscalizatório da atividade policial que dizem com a formulação do inquérito policial, ou seja, as atividades de polícia judiciária. A Lei Orgânica do Ministério Público da União, que é aplicada subsidiariamente aos Ministérios Públicos Estaduais, segundo disposição do artigo 80 da Lei Federal 8.625/93, já mencionou inúmeros mecanismos de controle externo, a serem exercidos por meio de medidas judiciais ou extrajudiciais. Pouco ou nada se fez.

Ou seja, a legislação confere ao Ministério Público o poder de fiscalizar a atividade policial e não se encontra explicação plausível para que isto não esteja acontecendo.

Depois da passagem da CPI do Narcotráfico pelo Paraná ainda é possível afirmar que as corregedorias de polícia e o já existente controle externo pelo Ministério Público Estadual são suficientes para a adequada e eficaz fiscalização da atividade policial?

Não tenho dúvidas de que a resposta deve ser negativa.

O já citado Ofício nº 090/CAOPC/2000, do Excelentíssimo senhor procurador de Justiça, doutor Dartagnan Cadilhe Abilhoa bem denota a deficiência de controles externo da atividade policial, quer no plano dos

atos praticados no inquérito policial, quer no âmbito administrativo da Polícia Civil.

Para se ter exemplo, só com o rápido episódio da passagem da CPI pelo Paraná, cerca de 24 policiais civis foram afastados, entre os quais seus delegados, inclusive o próprio delegado geral da Polícia Civil do Paraná, e estão todos sob investigação de envolvimento com o crime organizado.

Onde estavam a Corregedoria da Polícia Civil e a Justiça?

De plano, é possível constatar que a Corregedoria só age mediante a denúncia. Ou seja, tal como está, se não há denúncia aquele órgão nunca irá apurar o desvio de conduta da autoridade policial. Além disso, a hierarquia policial e o corporativismo desvirtua a função corregedora.

A ação da Corregedoria tem que ir muito além do que a ação passiva, do aguardo da denúncia. A ação da polícia tem que ser a da chamada busca ativa, expressão utilizada pelos especialistas no controle de infecção hospitalar para determinar que a simples espera do aparecimento do germe mostra-se insuficiente e até inútil. É preciso procurar a patologia, investigar onde pode estar o possível foco, estudar as debilidades da estrutura e por onde o agente patológico se infiltra.

Essas linhas já estavam escritas quando do recebimento do ofício do representante do Ministério Público Estadual, onde o Excelentíssimo membro do Parquet local compartilha inteiramente das nossas conclusões, manifestando que: “A Corregedoria da Polícia Civil, órgão a ser chefiado por delegado de polícia de 1ª classe de ilibada conduta e de manifesta ascendência sobre a classe, deve ser restituída à sua original e relevante missão, a de realizar correções ordinárias e extraordinárias nos diversos órgãos do Estado, deixando de ser uma mera colhedora de queixas e denúncias contra policiais, em estática postura de espera para, com a necessária dinâmica, atuar com a clara postura preventiva que faria diminuir em muito a necessidade de intervenções posteriores de caráter disciplinar.”

Não pode deixar de causar certa perplexidade que o próprio Ministério Público não tenha se insurgido e atuado com a veemência que a sociedade dele espera, diante dessa mencionada passividade, da omissão, do comodismo da Corregedoria da Polícia Civil.

Assim, a Corregedoria só poderá ser eficiente se desempenhar uma ação ativa, indo ao encontro e em busca das deformações da ação da autoridade policial e promovendo a necessária repressão. Só a ação permanente e ininterrupta pode tornar a Corregedoria um órgão efetivamente útil e eficaz. Para tanto, o Poder Executivo deve dotá-la de estrutura adequada, com capacidade de locomoção eficiente, ágil, com capacidade de acumular as informações, de pessoal eficiente e preparado.

Para além disso, é preciso que a sociedade participe desse empreendimento.

Além de contribuir para manter a atividade policial, é preciso que a sociedade se faça presente não só na fiscalização da correta aplicação dos recursos destinados à segurança pública, mas também na ação da autoridade policial, estando atenta para os possíveis desvios.

Só uma estrutura independente, livre do corporativismo e comprometida com a idéia de uma polícia saudável e eficiente, comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, poderá dar cabal cumprimento a árdua tarefa que está para ser executada.

Aqui é preciso afastar os interesses corporativos, especialmente no que tange ao privilégio da nomeação de delegados de primeira classe para certas investiduras dentro da Polícia Civil. Não se pode subtrair do governador do Estado, que é democraticamente eleito pelo povo, o direito de nomear pessoas de fora da corporação ou delegados de outras classes para determinados cargos diretivos. Há pessoas na sociedade que podem, e em certas circunstâncias até devem, dar a sua contribuição para a melhoria e o aprimoramento das instituições da Polícia Civil, mesmo não fazendo parte dela.

Não se trata de diminuir o poder da instituição policial, mas de assegurar ao representante do povo no executivo, o governador, exercer os poderes que legitimamente recebeu, livre de qualquer ingerência de interesses corporativos. Trata-se de ter em mente que a polícia existe para servir a sociedade, para estar submissa aos seus interesses e não o contrário.

Independentemente do controle que a lei já atribui ao Ministério Público, é preciso construir um organismo que, permanentemente, possa estar dizendo que polícia a sociedade deseja, que avalie, fiscalize, critique e que seja, também, um atestado permanente de idoneidade da autoridade policial.

Não se trata de amesquinhar, reduzir as atribuições do Ministério Público, mas de somar a elas a contribuição que a sociedade pode dar.

Cheguei à conclusão de que essa nova estrutura é o novo controle externo da polícia.

Em que consiste: a segurança pública é atribuição constitucional do Poder Executivo. No âmbito do Estado do Paraná as polícias estão sob o comando do governador do Estado e fiscalização exclusiva de suas corregedorias através de seus pares. O novo controle externo, além do controle já instituído para o Ministério Público, mas abrangendo este seria um órgão colegiado composto por representantes das Polícias Civil e Militar, dos sindicatos, das associações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público Estadual e Federal, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e dos partidos políticos, tal como já ocorre na área da saúde. O caráter seria não só o de influenciar na gestão dos recursos aplicáveis na área da segurança, mas também o de atuar na fiscalização e avaliação da ação da polícia e dos atos da autoridade policial.

O órgão do controle externo deve ser dotado de poder de investigar amplamente a ação da autoridade policial.

O controle também se daria pelos livros das delegacias. Hoje sabe-se que não há controle algum sobre os livros que recebem a anotação de ocorrências. Ao controlador não é possível averiguar quais ocorrências tornaram-se inquéritos. Os livros e documentos a serem preenchidos que já possuem formulários impressos devem ser numerados e rubricados, como termos de início e fim e serem constantemente examinados por um órgão superior fiscalizador. A polícia Militar, ao entregar qualquer indivíduo que foi apanhado praticando conduta delituosa deve ficar em poder de boletim numerado que será igualmente fiscalizado.

2) Unificação das Polícias Militar e Civil

Com a crise de recursos que assola o setor público, é inviável e impossível continuar convivendo na área de segurança com dois sistemas distintos de telecomunicações, de transporte, de abastecimento, de pessoal, de finanças, de apoio, de arquivo, de computação, de estatística e de autoridade.

A atual forma de organização da polícia revela-se insuficiente e débil frente às formas de atuação do crime organizado, que evoluiu, sofisticou-se, cresceu em qualidade e quantidade. É preciso adequar a organização policial a esses novos tempos.

O Professor José Afonso da Silva, em sua obra *Curso de Direito Constitucional Positivo* (editora M. 17ª edição, 2000, p. 755), ensina que o legislador constituinte conservou as polícias estaduais, com as seguintes responsabilidades: “São polícias estaduais, responsáveis pelo exercício das funções de segurança pública e de polícia judiciária: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. À Polícia Civil, dirigida por delegado de carreira, em cada Estado, incumbe as funções de polícia judiciária, nos termos já definidos antes, e a apuração de infrações penais, exceto: a) as de competência da polícia federal...; b) as militares. À Polícia Militar, em cada Estado, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte e ainda agora, a sociedade brasileira tem se debatido com o problema da existência de duas Polícias Estaduais.

Por um lado, refletindo que essa divisão é uma herança dos tempos em que o conceito de ordem pública não tinha os mesmos contornos de hoje, daí o vício segundo o qual a Polícia Militar deve cuidar da segurança interna.

Por outro lado, o debate induz a reflexão se, efetivamente, a Polícia Civil tem, efetivamente, cumprido suas atribuições de forma adequada.

Essa dicotomia tem criado, muitas das vezes, confusão e vácuos na atividade policial, que favorecem a atuação criminosa.

Nas palavras de Abraão José Kfourti Filho e Dalmo de Abreu Dalarilin. *A Polícia à Luz do Direito*, RT. 1991,

a própria criminalidade organizada, com ramificações dentro das polícias, se instala nas lacunas deixadas por um segmento e não preenchido pelo outro, porque não seria aquela lacuna das suas respectivas alçadas.

A atividade policial não pode ser confundida com a ação de natureza militar. As distorções históricas têm prejudicado a concepção da polícia e da organização policial, de suas finalidades, de seus treinamentos e de seus métodos de ação. Já não faz mais sentido preservar estruturas que foram concebidas em outras épocas e sob outra orientação ideológica. A redemocratização do País colocou na ordem do dia novas necessidades e novas possibilidades, sendo que estas devem ser aproveitadas para a solução daquelas.

As modificações na estrutura policial tem dito como principal obstáculo a ação empedernida dos interesses corporativos, sempre se sobrepondo aos da sociedade.

A sociedade não pode se deter diante de tais interesses.

É preciso um só comando, uma só estrutura. Não se pode mais aceitar que o delegado de Polícia e o comandante da Polícia Militar, um na delegacia e outro no quartel, continuem desconhecendo o que o outro planeja e realiza na busca da segurança da comunidade.

E que ao mesmo tempo, no âmbito de suas coregedorias, busquem disfarçar as mazelas existentes numa e noutra a fim de se sobressair uma sobre a outra.

Por isso mesmo é que conclui que o ideal é termos uma só polícia, a Polícia Estadual.

A unificação a ser profundamente estudada e analisada, deve dar-se de maneira que não cause a impressão de que uma instituição incorporar a outra. A nova polícia não deve ser a Militar ou Civil, mas a Polícia Estadual, de caráter civil. Com um segmento uniformizado e não fardado, facultando a opção de ingresso aos atuais integrantes dos dois órgãos. Os cargos devem ter nova nomenclatura, para que não signifiquem a prevalência daqueles já consagrados em uma e em outra. As academias devem ser unificadas e as escolas devem educar para a nova realidade.

O já citado Jorge da Silva, conclui que: “Salta aos olhos que os conflitos de competência entre as polícias Civil e Militar poderiam ser evitados se houvesse apenas uma polícia em cada Estado da Federação, ou se a polícia judiciária fosse uma polícia especializada, vinculada ao Poder Judiciário ou controlada pela Secretaria de Justiça”.

Sinto que o País não está maduro para introduzir uma mudança tão radical, embora desejável, como a da criação de uma polícia especializada e vinculada ao Poder Judiciário, a chamada polícia judiciária no seu sentido mais literal.

Já de muito na doutrina jurídica internacional os juristas debatem o tema.

Muitos se perguntam: se a atividade da polícia judiciária é de auxiliar o Poder Judiciário (como se costuma dizer, investiga o crime e descobre seus autores,

fornecendo os elementos para a instrução de processo judicial), qual a razão de continuar sob o comando do poder Executivo? Deve haver uma polícia própria para o Poder Judiciário?

É possível adotar providências no sentido de submeter ao Poder Judiciário a chamada polícia judiciária?

Trata-se de tema que merece profunda reflexão e minha sugestão é que estas conclusões sejam remetidas ao Congresso Nacional, onde a questão da submissão da polícia judiciária ao Poder Judiciário poderá ser objetivo de exame e providências definitivas.

Por ora, aqui no plano estadual, podemos introduzir mudanças no sentido de tornar mais clara e transparente as atribuições da nossa polícia judiciária, ora envolvida num escândalo sem precedentes, em que o seu próprio ex-comandante encontra-se foragido e com a prisão decretada.

Não é concebível a polícia judiciária exercendo o papel de polícia ostensiva e vice versa. É preciso acabar com a confusão no exercício das atribuições. Essa é uma das vantagens de uma única polícia.

A polícia judiciária deve ater-se à investigação criminal (apuração dos delitos) e aos procedimentos a ela inerentes, bem como à custódia dos presos.

A polícia ostensiva deve exercer o policiamento ostensivo, velado ou semivelado e as tarefas de inteligência policial, as informações, atuando na prevenção e na repressão ao crime.

Tudo numa só estrutura, sob um único comando.

3) A Polícia Científica

Se a questão da submissão da polícia judiciária ao Poder Judiciário requer a intervenção do Congresso Nacional, há medidas que podem e devem ser adotadas de imediato no plano estadual.

Os depoimentos colhidos ao longo dos trabalhos da CEI revelam que a estrutura da nossa polícia técnica não atende às necessidades atuais.

Minha conclusão, já exposta na Proposição 20/99, é que a chamada polícia científica, constituída pelo Instituto Médico Legal e pelo Instituto de Criminalística, deve ser reunida em um único órgão, fora do âmbito da competência do delegado geral, ou seja, vinculada diretamente ao secretário de Estado da Segurança. Trata-se de providência que pode ser adotada de imediato, eis que o Estado do Paraná tem competência para tanto.

É preciso consignar que o governador deve ter liberdade de nomear o diretor, inclusive utilizando-se de pessoas de fora do quadro da instituição. Novamente refiro que é preciso que a sociedade se dedique a analisar o uso dos recursos na área de segurança, com a finalidade de estabelecer as prioridades e a aplicação adequada dos fundos existentes.

Essa mesma sugestão consta do ofício encaminhado pelo Ministério Público, ao qual já me referi anteriormente.

4) O fim do inquérito policial

Todos os acontecimentos que nos remetem à reflexão sobre a figura do inquérito policial.

Há uma realidade intrigante. Quase tudo o que se faz no inquérito policial é repetido em juízo. Essa repetição de atos é necessária, é útil?

Pude constatar que há intenso debate na doutrina especializada. A tese que parece mais condizente com os novos tempos foi a da necessidade do fim do inquérito policial para estabelecer-se, desde o início da apuração criminal, um único procedimento, com a intervenção do advogado de defesa, do Ministério Público e do próprio juiz.

A solução produz redução de custos ganho de tempo para o chamado Estado Juiz na aplicação da sanção, assinada para o respeito aos direitos humanos e remete a autoridade policial para a atividade que efetivamente foi idealizada, ou seja a investigação do crime como auxiliar do Poder Executivo.

Ao longo do tempo o inquérito policial tornou-se instrumento de toda sorte de negociatas e barganhas nas delegacias brasileiras. Na seara das drogas, é possível afirmar, com um razoável grau de segurança, que só permanece preso ou respondendo a processo quem não dispõe de recursos para fazer o acerto na delegacia. Nas ruas é freqüente a reclamação do policial militar, que prende e conduz o criminoso até a delegacia e depois o encontra caminhando pelas ruas como se nada tivesse acontecido, Via de regra o delegado de polícia só assina os atos, que são produzidos pelo escrivão, numa clara distorção daquilo que já é ruim.

O Poder Público gasta os já poucos recursos com o inquérito desnecessariamente. De natureza inquisitória, onde não se permite o contraditório (donde resultam quase todas as distorções), o fim do inquérito possibilitaria a imediata intervenção do advogado, do juiz e do Ministério Público, reduzindo as possibilidades de violência contra o acusado e, portanto, promovendo o respeito aos direitos humanos e dotando o processo criminal de mais segurança e credibilidade, desde o início.

O fim do inquérito policial remeteria as partes, Estado, vítima e acusado, diretamente ao contraditório, desde o primeiro instante da instrução, com a ampla participação do advogado e do Ministério Público.

Trata-se de medida que requer alterações em lei federal, mas que deve ser recomendada ao Congresso Nacional como fruto da experiência que estamos vivendo em nosso Estado.

5) Criação de Divisão Especial para o Combate do Narcotráfico

Foi encaminhada a esta CEI pelo delegado Adalto Abreu de Oliveira, através do Ofício nº 004/99, sugestão acerca da criação de uma Divisão de Repressão ao Narcotráfico para substituir a atual Delegacia Antitóxicos. Tal divisão seria criada no âmbito do Departamento da Polícia Civil, cabendo adotar medidas para investigação,

prevenção, repressão e processamento dos crimes da Lei de Tóxicos e Contravenções Penais (artigos 62, 63 e 69) e legislações especiais dentro dos limites territoriais e fiscalização permanente em colaboração com a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, em relação à medicina e farmácia. Segundo a sugestão, a Divisão será subordinada diretamente ao Delegado Geral do Departamento da Polícia Civil e chefiada por um Delegado de Polícia de 1ª classe e composta por policiais especialmente designados. A Divisão contaria ainda com uma subdivisão de inteligência, uma administrativa e uma especial de repressão antitóxica. As autoridades policiais civis e militares colaborariam com a Divisão criada através da informação obrigatória dos resultados de procedimentos investigatórios e apresentação de relatórios circunstanciados de tais procedimentos com as respectivas apreensões de substâncias.

6) O Furto e Roubo de Veículos

No que tange ao furto e roubo de veículos e à comercialização de peças usadas, as medidas recentemente adotadas pelo governo estadual estão na linha de moralizar o setor que alimenta o fluxo destes ilícitos.

No entanto, mantido o mesmo cenário, nada nos assegura que no futuro a situação não voltará a ser a mesma. É preciso buscar meios de combate permanente a tal modalidade de crime.

Nessa linha, como modo de encontrar formas definitivas de reprimir a comercialização de peças usadas, obtidas através de atividade criminosa, faz-se necessário o controle fiscal da receita estadual nas oficinas legalizadas e uma operação gigante de desbaratamento de todos os locais obscuros que aparentem oficinas e desmanches. A população em muito poderá ajudar se divulgarmos um número telefônico para denúncias acerca da existência de locais obscuros que aparentem oficinas e desmanches. A população em muito poderá ajudar se divulgarmos um número telefônico para denúncias acerca da existência de locais suspeitos.

7) Outras Propostas

O Ministério Público apresentou diversas propostas, dentre elas a da criação de uma Vara Especializada para processar e julgar os crimes da Lei nº 6.368/76 (Lei de Tóxicos); a criação da Ouvidoria das Polícias, vinculada diretamente do governador do Estado: alterações no Departamento de Assuntos Internos, com a finalidade de dotar o órgão de maior eficácia na apuração de infrações praticadas por maus policiais: a participação da OAB, do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado no Conselho Superior da Polícia Civil e que se assegure a efetiva atuação do Ministério Público na atividade policial.

Todas as propostas são válidas e estão a merecer profunda reflexão, eis que voltada para o aprimoramento das instituições policiais, razão pelas quais adoto todas no relatório.

No final dessa árdua tarefa executada pela CEI a conclusão a que chego, agora com os elementos necessários e com os objetivos claramente estampados, sem atropelo, é que se faz necessária a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Legislativo paranaense tem todas as condições de ser o elemento catalizador e capaz de impulsionar todas as mudanças que urge se fazer na estrutura da Polícia paranaense (Militar e Civil), envolvendo todas as entidades interessadas e que atuam na área (Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Ministério Público, todos os órgãos do Executivo, inclusive as Polícias).

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito também terá a função preponderante de a partir da realidade averiguada individualizar as falhas dos sistemas já existentes, aperfeiçoar as propostas acima e ainda discutir outras para a possível implementação legislativa por esta Casa.

Por tais razões é que concluo pela indispensabilidade da criação e a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para o tratamento de todas as questões acima levantadas, e das vindouras, já que neste relatório não foi possível o carreamento dos depoimentos tomados pelos membros da CPI - Nacional em nosso Estado.

É preciso ter em mente que a CPI deve trabalhar para aprofundar as investigações e também para oferecer sugestões que visem resolver os problemas existentes.

Não podemos tirar da pauta de discussão a participação das Forças Armadas no trabalho de fiscalização de nossas fronteiras com os países vizinhos.

Tendo em vista que o Paraná é um Estado que mantém fronteiras com diversos países, e que temos aquele famoso triângulo das Bermudas, Foz do Iguaçu, Cidade de Leste e Porto Iguaçu, onde circulam um número imenso de diversas partes do mundo e de cidadãos apátridas. Porque na verdade lá uma grande maioria de pessoas não têm documento, não têm passaporte, não têm identidade, ninguém sabe quem é por isso a importância também da atuação do Exército, para que possamos impedir os acontecimentos que vêm trazendo preocupações a todos os paranaenses e a todos os brasileiros.

Hoje a sociedade brasileira de norte a sul se assombra com as revelações do crime organizado em nosso país. Mais do que surpresa a sociedade paranaense está indignada. Não é possível assistir pacificamente a presença de autoridades e até de instituições participando diretamente de atividades ilícitas e ilegais.

É urgente por parte do governo uma total reformulação da política de segurança pública em nosso Estado, para que em futuro próximo não estejamos vivendo situação idêntica a hoje.

Por tudo o que foi relatado, encerra-se o presente relatório com a certeza de que a manutenção do Estado Democrático de Direito é tarefa árdua. A corrupção e o crime organizado são características de um Estado totalitário, no qual nada se apura ou investiga. O Estado-

delinqüencial é totalitário, pois se sustenta através do medo e da ameaça. Não será o caso do nosso Estado.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Componentes da Comissão:

José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes e Algaci Tulio.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 26/95, de minha autoria, que visa estabelecer normas sobre o controle de resíduos de embarcações, óleodutos e instalações costeiras.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 091/2000, que autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 216/99, item 05, em 2ª Discussão, de autoria do nobre deputado Joel Coimbra, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 541 A

Senhor Presidente.

Os deputados que esta indicação subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, visando resguardar e proteger os padrões elevados da moralidade, necessários aos prestígios de seus mandatos, e o respeito à dignidade da Assembléia Legislativa do Paraná, como instituição e Poder do Estado, com base no Art. 128 do Regimento Interno, requerem da douda Mesa Executiva as medidas regimentais cabíveis para que a Assembléia se manifeste quanto a questão a seguir exposta:

- Na Sessão Ordinária do dia 4 último, Deputados compareceram ao Plenário da Assembléia Legislativa

levando laranjas (fruto da laranjeira) que foram colocadas sobre suas bancadas. No decurso da Sessão usaram da palavra, associando a conduta dos Deputados que haviam assinado requerimentos para formação de Comissões Parlamentares de Inquérito, ao termo pejorativo de "laranjas". O procedimento desses parlamentares, como membros do Poder Legislativo do Paraná, foi fartamente divulgado pela imprensa estadual, com repercussão nacional.

Dicionários da língua portuguesa, como Mirador, Mercury JR, e outros, definem o termo "laranja" como: fruto comestível: (Fig.) pessoa ingênua ou sem importância.

- O Art. 239 do Regimento Interno trata "Do Decoro Parlamentar", estabelecendo no:

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembléia Legislativa.

Decoro Parlamentar - O Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu "Comentários à Constituição Brasileira de 1988 (Vol. 2), comentando o Art. 55 da Constituição Federal, afirma que:

"Entende-se por atentatório ao decoro parlamentar a conduta que fira aos padrões elevados de moralidade, necessários ao prestígio do mandato, à dignidade do parlamento. Assim, não é preciso que o ato se configure ilícito penal, basta que macule o respeito exigido..."

Diante do exposto, considerando que a maioria absoluta dos membros do Legislativo do Paraná, pela prática de atos referendados constitucional e regimentalmente, foi ofendida em seu prestígio junto ao povo e a dignidade do parlamento foi ferida, com a ação física e o uso reiterado do termo pejorativo citado, pede-se a manifestação da Assembléia na seguinte questão:

- A conduta dos deputados, acima descrita, feriu a dignidade do Parlamento e pode ser considerada atentatória ao decoro parlamentar?

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Divanir Braz Palma, Basílio Zanusso, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano, Nelson Garcia e Miltinho Puppio.

REQUERIMENTO Nº 503

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Alcebiades Alves, que ocorreu no último dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada Av. Souza Naves, 1265, 1º andar, CEP 86870-000, município de Ivaiporã, Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Antenor Alberton, que ocorreu no último dia 04 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada Av. Souza Naves, 1265, CEP 86870-000, município de Ivaiporã, Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Alípio Salvador, o 1º prefeito eleito do município de São José das Palmeiras, ocorrido em 07 de abril, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência a família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Costa e Silva, 832, 1º andar, CEP 85898-000, São José das Palmeiras, Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário seja enviada à família Oliveira, votos de pesar pelo passamento do ilustre vereador Miguel de Oliveira, ocorrido no último dia 07 de abril.

Miguel de Oliveira, o Miguelzinho, como era chamado, era membro atuante da comunidade maringaense, sempre desempenhando suas funções, quer como policial civil, quer como vereador, quer como cidadão com lisura e profissionalismo.

Elegeu-se vereador pelo PDT, em 1996. Atualmente filiado ao PMDB, Miguelzinho era um dos vereadores que certamente teria sua cadeira assegurada nas próximas eleições, pela maneira atuante como vinha desempenhando sua função.

Vereador dos mais respeitados, criou a CPI do Narcotráfico na Câmara Municipal de Maringá, questão que combatia veementemente. Deixa esposa e duas filhas e uma grande lacuna na política do município e região.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) DINAVIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do desembargador Mário Lopes dos Santos, ocorrido nesta Capital em 08.04.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 81 anos, faleceu, nesta capital em 08. de abril de 2000, o desembargador Mário Lopes dos Santos que deixou viúva Dona Nahir.

O passamento do desembargador Mário Lopes dos Santos veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o senhor que olhará para a condição humana de seu servo Mário.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre desembargador Mário Lopes dos Santos, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida, senhor, abençoei a família do desembargador Mário Lopes dos Santos para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Mário sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deste participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lopes dos Santos, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família

enlutada de Geronimo Cleodemar Costa Lima (Rua Professor Guilherme Butler, 147 - Barreirinha - Curitiba), falecido em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta capital, neste final de semana, o jornalista Geronimo Cleodemar Costa Lima.

Comentarista esportivo de renome, nascido em 26.11.31, estava com 68 anos, tendo falecido de problemas de saúde, dos quais já vinha sofrendo há algum tempo.

Nosso Estado perde um grande profissional. Sua voz foi o guia de muitos jogos durante muito tempo na mídia esportiva do Paraná.

A sua família enlutada, à senhora Juraci Estin Costa Lima, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao padre Irineu Nicolau Back e ao arcebispo de Cascavel Dom Lúcio Baumgaertner, pelos 35 anos de existência da Paróquia de São Sebastião, município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 10.04.2000

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A arquidiocese de Cascavel, encontra-se em festa, especialmente a comunidade de Catanduvas, tendo em vista o aniversário da criação e instalação da paróquia de São Sebastião, naquele município.

Vem de longe a enorme contribuição da igreja católica no desenvolvimento e prosperidade do Brasil. Já no início da colonização os padres Jesuítas se embrenharam na selva com o objetivo de catequizar os índios, colaborando sobremaneira para o estabelecimento das linhas gerais que dariam ao Brasil a dimensão de extensão continental bem como a formação de uma sociedade amparada nos princípios da liberdade, decência e justiça social.

A igreja católica jamais se descuidou e foi indo por todos os lados, evangelizando, orientando, denunciando e contribuindo com o progresso do Brasil. Onde tivesse gente, lá estava um padre, uma freira, um leigo, com uma palavra de conforto e de forte apelo espiritual. Assim é que se tornou a maior religião em solo brasileiro.

Por isso quando o Brasil completa meio milênio de existência é extremamente justo prestar uma homenagem à fundação de trinta e cinco anos da paróquia de São Sebastião em Catanduvas. Lá também foram relevantes os serviços prestados pela igreja chefiada pelo Vaticano. Quer seja nos ensinamentos bíblicos ou mesmos nas questões diretamente ligadas a vida cotidiana das pes-

soas, os padres, religiosos, leigos e os bispos da arquidiocese, sempre se empenharam para que o município se desenvolvesse com justiça e prosperidade. Hoje a Paróquia de São Sebastião é reconhecida em toda a região pelo belo trabalho desenvolvido no campo religioso e social. Por isso sobram razões para justificar a presente homenagem que esta Casa de Leis, deve prestar aos católicos de Catanduvas.

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações a APAE de Ivaiporã, alusivos a eleição da nova diretoria executiva e conselhos deliberativos e fiscal, para o biênio 2000/2002, que ocorreu no último dia 28 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência a presidente senhora Josimary Fittipaldi Calixto, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Souza Naves, 1880, CEP 86870-000, município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das sessões, em 10.04.2000

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Godoy Moreira, alusivos a comemoração dos seus 11 anos de emancipação política, que ocorrerá em 05 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência a prefeito senhor Benjamin Marques, através de correspondência a ser encaminhada Rua Campo Mourão, 184, CEP 86933-000, município de Godoy Moreira - Paraná.

Sala das sessões, em 10.04.2000

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Godoy Moreira, alusivos a comemoração dos seus 11 anos de emancipação política, que ocorrerá em 05 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência a presidente da Câmara senhor Valdeci Pires, através de correspondência a ser encaminhada Rua São Paulo, 212, CEP 86933-000, município de Godoy Moreira - Paraná.

Sala das sessões, em 10.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Acanorpi - Associação das Câmaras de Vereadores do Norte Pioneiro do Paraná) Rua Rio Branco, 510 - Santo Antonio da Platina/PR), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Acanorpi - Associação das Câmaras de Vereadores do Norte Pioneiro do Paraná, empossou sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

presidente	vereador Carlos Biachi (Santo Antonio da Platina)
1º vice-presidente	vereador Joemar Leonardi Minardi (Conselheiro Mairinck)
2º vice-presidente	vereador Rildo Jesus da Rosa (São José da Boa Vista)
tesoureiro	vereador Jaimem Eraldo Carneiro (Joaquim Távora)
2º tesoureiro	vereador Juarez Francisco Leal (Siqueira Campos)

Pela posse e com desejo de sucesso na gestão, recebam os novos componentes da Diretoria da Acanorpi, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplausos e congratulações ao doutor Julio Militão da Silva (Rua Cândido de Abreu, 427 - 1º andar - Centro Cívico - Curitiba).

Sala das sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Lançado na semana passada o livro "Se Pero Vaz de Caminha escrevesse, 500 anos depois..." de autoria do doutor Júlio Militão da Silva.

A obra, de impecável organização, traduz-se em uma verdadeira aula de história, direito e nos atualiza em temas dos mais diversos e importantes. O livro é um retrato fiel do Brasil de hoje, mas não é um livro de críticas. Não é de esquerda nem de direita e não tem ideologia definida, além de não se apresentar como panacéia para a cura de todos os males. É um convite à reflexão e no final passa uma mensagem de confiança nos destinos do povo brasileiro.

O doutor Júlio Góes Militão da Silva, é advogado criminalista em nossa capital, formado pela Faculdade de

Direito de Curitiba. É sócio fundador da Associação dos Advogados criminalistas do Paraná, atuando com especialidade no tribunal do júri. É membro da Academia de Cultura de Curitiba e exerceu a presidência do Rotary Club de Curitiba Norte em 1997 e 1998, clube do qual continua sócio representativo na classificação advocacia criminal. Foi jornalista antes de exercer a advocacia e escreveu e publicou inúmeros artigos sobre temas gerais e em especial sobre os interesses da cidadania.

Pela sua obra, receba o doutor Julio Militão da Silva, os votos de aplauso e congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de congratulações à nova Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitaria, Cacau, Balas, Açúcar, Massas, Trigo, Milho, Mandioca, Aveia e Biscoitos, Doces e Conservas Alimentícias e Afins de Curitiba e Região Metropolitana, eleitos para o quadriênio de 2000/2004: Presidente: Edivaldo José Correa; vice-presidente: Flávio Aparecido Duarte; secretário geral: Elaine Dias de Souza Pyl; 1º secretário: Vera Lúcia Fernandes; tesoureiro: Zenir Teixeira de Almeida; 1º tesoureiro: Jorge Gonçalves de Freitas; diretor de patrimônio: Carlos Alberto Pingos Bueno. À nova Diretoria, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a esse importante sindicato, somados aos demais Pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos ao doutor Antonio Sbano, presidente do Conselho da Comunidade da comarca de São José dos Pinhais, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo na área de segurança pública daquela comarca extensivos aos demais membros daquele conselho.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) CEsAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O doutor Antonio Sbano, presidente do Conselho da Comunidade da comarca de São José dos Pinhais, juntamente com os demais membros do conselho, vem desenvolvendo uma excelente administração, buscando aperfeiçoar o atendimento à população da comarca, no que diz respeito a segurança pública, sanando as deficiências das polícias Militar e Civil, na reforma e ampliação

da Delegacia Central e demais atividades, todas buscando o bem estar nas diversas entidades e do povo mais humilde e necessitado.

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao senhor Luiz Carlos Chemim Claudino, prefeito municipal de Mandirituba, pela excelente administração, empreendimentos e obras sociais, votos estes extensivos a primeira dama, secretários, presidente da Câmara e demais vereadores, funcionários e colaboradores.

Sala das sessões, em 10.04.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Luiz Claudio Chemim Claudino, Digníssimo prefeito municipal de Mandirituba, vem desenvolvendo uma excelente administração direcionada ao bem-estar dos seus munícipes, alcançando alto índice de aprovação, com obras e demais empreendimentos direcionados principalmente a educação, transporte, ação social e saúde pública daquela população.

Prova disto é a maíosa recente inauguração do novo ambulatório médico do Hospital Bom Jesus, com 1.000 m2 de construção, com modernas instalações, para melhor atender a demanda das pessoas que buscam atendimento médico-hospitalar, do seu município e também dos demais da região.

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Ocepar, alusivos a eleição da Diretoria para o triênio 2000/2003.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor João Paulo Koslovski, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Cândido de Abreu, 501, CEP 80035-050, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI

BASÍLIO ZANUSSO
HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, um voto de congratulações ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Cefet/PR, pela posse do novo diretor geral em 10 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor diretor geral Eden Januário Netto, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Sete de Setembro, 3165, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, um voto de congratulações a Universidade Estadual do Oeste - Unioeste, pela "V Reunião Descentralizada do Conselho Estadual de Educação", tendo como tema "A Formação Docente no Contexto das Novas Legislações Educacionais", a realizar-se nos dias 13 e 14 do corrente mês.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Edson Belo Clemente de Souza, pró-reitor de Graduação da Unioeste, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85814-110 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, um voto de congratulações ao município de Nova Santa Rosa pela realização da "12ª Festa do Frango", tendo início das festividades a partir do próximo dia 13 do corrente mês.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Daniel Wutzke, prefeito municipal; senhor Paulo Wagner Netto, presidente da Câmara de Vereadores; e ao senhor Sérgio Luiz Maccari, presidente da C.C.O., através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Nova Santa Rosa - CEP 85930-000 - Nova Santa Rosa - PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos e ao município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem de seus 36 anos de emancipação política, no próximo dia 28 de abril/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Altair Zeniewicz, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Rubin Pilger,

assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 28 de abril/2000, o município de Capitão Leônidas Marques estará comemorando, mais um aniversário de sua emancipação política, que temos certeza, festivamente.

A certeza de dias melhores aliado a tudo o que o povo já conquistou nesses 36 anos com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes e apoio de toda a comunidade, satisfatoriamente se tornará realidade.

O transcurso de mais um aniversário de Capitão Leônidas Marques é um evento que marca, além do seu registro histórico uma cidade renovada pela fibra de seu povo ao longo desses anos.

Portanto, queremos nesta oportunidade prestar a nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à sua laboriosa população que continua com trabalho diuturno colaborando assim, para o crescente progresso de seu município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, orgulha-se em cumprimentar efusivamente toda população nesta significativa data - 28.04.2000.

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a jornalista Maria da Luz Augusto, diretora proprietária do jornal Caiçara de União da Vitória pelo recebimento, no ano de 1994, de diploma e medalha do Grande Oriente do Paraná, e no ano de 1999, recebeu o Troféu Imprensa do Paraná. Ainda em dezembro de 1999, foi contemplada com o Troféu Caiçara como a jornalista do século em União da Vitória, por ser a primeira mulher proprietária de uma empresa de jornalismo em toda a região.

“Lulu”, como é carinhosamente conhecida é também Editora Executiva da Revista Perfil que se edita em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à jornalista Maria da Luz Augusto.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

A importância da imprensa na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, e também na partici-

pação para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

A jornalista Maria da Luz Augusto tem tradição no jornalismo de União da Vitória, seu saudoso pai, o professor Didio Augusto, fundou em 12 de agosto de 1953 o jornal “Caiçara”, circulando sem interrupção até hoje, sob a orientação de seus filhos e netos.

Para nós paranaenses, é muito importante mostrar o lado positivo do nosso Paraná, é ainda muito mais importante levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área de comunicação.

É gratificante a todos os paranaenses, especialmente aos da região de União da Vitória, saberem que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento.

É realmente auspiciosa a conquista e o recebimento pela jornalista Maria da Luz Augusto, no ano de 1994 do diploma e medalha do Grande Oriente do Paraná, e no ano de 1999, o Troféu Imprensa - Paraná, bem como em dezembro de 1999, o Troféu Caiçara.

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado conceito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todo os segmentos da sociedade. Algumas dessas lideranças mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades comprovando a inegável vocação paranaense como é o caso da jornalista Maria da Luz Augusto, que hoje pretendemos homenageá-la.

Devemos assinalar que a premiação recebida é motivo de orgulho para todos os paranaenses.

Maria da Luz Augusto é a paradigma das nossas mulheres de negócios, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade servindo de exemplo para toda a sociedade.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a jornalista Maria da Luz Augusto, com atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, pela passagem do Dia do Jornalista, comemorado no último dia 7 do corrente.

Os cumprimentos devem ser expressos nas pessoas dos jornalistas que cobrem as sessões da Assembléia Legislativa, levando-se em consideração a informação dos trabalhos legislativos que realizam sempre de forma isenta e sensata.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Marchetti e Rosária Casanova Marchetti, que completará 50 anos de união conjugal no dia 22 próximo vintouro, 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao senhor Aluizio Kuss Marins, Patrão do C.T.G. Esteio da Tradição, do município da Lapa, pela excelente realização e organização do XIV Rodeio Crioulo Interestadual, realizado nos dias 07/08 e 09 de abril do corrente ano, extensivos aos seus familiares, amigos, colaboradores e participantes.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Aluizio Kuss Marins, patrão do C.T.G. Esteio da Tradição do município da Lapa, juntamente com os demais componentes do centro e demais colaboradores, não mediu esforços para a realização do XIV Rodeio Crioulo Interestadual realizado naquele município com pleno êxito, deixando escrito nas páginas da história dos rodeios, uma profunda marca, como um dos melhores eventos já realizados nos últimos tempos.

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se à secretária de Estado da Educação, Alcyone Vasconcelos Saliba, solicitando providências para a permanência do funcionamento do Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras de Maringá - Celem, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras de Maringá -Celem, vem desempenhando um papel importante para a população estudantil de Maringá e região.

Tradicionalmente, o Celem vem ministrando cursos de Inglês, Francês e Espanhol, com possibilidades de estender esse trabalho para o ensino de outros idiomas estrangeiros.

Tem-se notícia de que a Secretaria de Estado da Educação pretende fechar o Celem, alegando falta de recursos para sua continuidade.

Embora não se caracterize como curso regular de ensino, entretanto, o Celem tem colaborado muito no desenvolvimento cultural da população de Maringá e da região. O Celem tem servido de reforço no aprendizado dos alunos do ensino fundamental, médio e superior.

Queremos sensibilizar a senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Vasconcelos Saliba, no sentido de envidar esforços junto ao governo do Estado para a permanência do funcionamento do Celem para benefícios dos estudantes de Maringá e da região.

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à família da senhora Maria Bezerra da Silva, de Catanduvas, pelo seu falecimento ocorrido em 29 de março do ano em curso.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dona Maria Bezerra da Silva ou a Mocinha, como era carinhosamente chamada, nascida no município de Matinhos de Água Branca, Estado de Alagoas, morreu quando já havia completado 112 anos de vida. Era com certeza uma das pessoas mais velhas existentes no Paraná e no Brasil. Mas isso não era só, tratava-se de uma verdadeira biblioteca em pessoa. Presenciou e participou de muitos acontecimentos, históricos ocorridos no século que se encerra este ano. Nordestina de nascimento a mocinha, andou milhares de quilômetros para se estabelecer definitivamente no município de Catanduvas. Lá naquela pequena comunidade encravada no solo do Oeste paranaense defendeu a sobrevivência fabricando manualmente utensílios domésticos tendo sempre a companhia de sua irmã Maria das Dores Bezerra da Silva, que hoje já completou 105 anos de vida.

Pessoa religiosa costumava lembrar com carinho de histórias envolvendo o Padre Cícero Romão Batista, que conheceu pessoalmente, dona Maria deixa órfãos 15 filhos, 168 netos, 275 bisnetos e 145 trinets. Uma verdadeira grande família.

Toda a comunidade Catanduvense ficou consternada com o passamento de “Mocinha”, principalmente tendo em vista que com o seu falecimento foi-se também ponderável parcela da história. É uma grande pena que as autoridades públicas não tivessem registrado no Museu de Imagem e Som do Paraná, seus depoimentos que com certeza em muito contribuiriam para o esclarecimento e enriquecimentos de temas de interesse coletivos. Porém, resta-nos a possibilidade de prestar uma derradeira homenagem a uma pessoa que representa uma verdadeira lenda na história do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Comandante Rolim Adolfo Amaro, presidente da Transportes Aéreo Marília - TAM, solicitando rever a posição com relação a desativação da linha aérea que faz a ligação da Capital do Estado Curitiba a Cascavel prevista para o dia 17 do corrente mês.

Sala das sessões, em 10.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A desativação da linha aérea Curitiba-Cascavel no próximo dia 17, será um retrocesso no desenvolvimento da região Oeste do Paraná, pois atualmente esta ligação da Capital do Estado Curitiba ao município de Cascavel que é a quinta maior cidade do Estado e sobremaneira importantíssima e necessária. Temos recebido em nosso gabinete parlamentar várias ligações telefônicas e envios de fax que demonstram a preocupação dos usuários desta ligação que ficarão sem este serviço, salientamos ainda que os clientes sempre foram tratados com eficiência, qualidade e dedicação por esta conceituada empresa.

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado expediente ao Provopar, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$2.440,00, para a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Professor Sebastião Paraná - Vila Iza-

bel, que reivindicam policiamento ostensivo nesse bairro, devido a existência de muitos jovens que ficam pelas ruas, dia e noite, fazendo uso de drogas. A população encontra-se muito apreensiva com esse problema e pede providências o mais rápido possível.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Cohapar, solicitando a construção de 100 moradias para o Projeto de Desfavelamento do município de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, para atender o morador das proximidades da Rodoferroviária e terminal do Guadalupe, o qual, em nome de toda a comunidade, pede policiamento ostensivo no local. Os assaltos ocorrem diariamente, tendo em vista que há formação de bandos de marginais que ocupam o trecho compreendido entre a Rodoferroviária e o terminal do Guadalupe.

O morador que mandou a correspondência não se identificou devido as represálias que pode sofrer, uma vez que já foi assaltado por duas vezes. Pedimos urgência no atendimento do presente, tendo em vista a gravidade da situação. Todos os moradores e transeuntes do local encontram-se totalmente inseguros e propensos aos constantes assaltos.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de pais de alunos do Colégio Estadual Santos Dumont, sito à Rua Rio Grande do Sul, nº 1.800 - Vila Lindóia, que solicitam policiamento ostensivo nesse colégio, tendo em vista que desocupados ficam ao redor do mesmo a fim de bater nos alunos. Os pais encontram-se muito apreensivos e pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inserção nos Anais desta Casa da matéria publicada no jornal do Estado do Paraná com o título “CPI’s Laranjas” do dia 06 de abril de 2000.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos Anais desta Casa de Leis, a Carta de Curitiba, documento produzido pelo Colégio dos Corregedores Gerais da Justiça do Estado e do Distrito Federal, nos dias 23 e 24 de março deste ano, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Nos dias 23 e 24 de março do corrente, reuniu-se em nossa cidade o Colégio dos Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

Do encontro, resultou a Carta de Curitiba, que solicitamos, seja registrada nos Anais desta Casa.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Criar no âmbito do Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração de 120 dias para investigar o narcotráfico, roubo de cargas, roubo e desmanche de veículos e lavagem de dinheiro no Estado do Paraná, em conformidade com o artigo 122 § 2º, inciso III do Regimento Interno.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor dentro de quarenta e oito horas de sua aprovação conforme o artigo 123 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(aa) ANGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO, ADEMIR BIER, ORLANDO PESUTI, EDSON STRAPASSON, PÉRICLES MELLO, LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO E NEREU MOURA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa instalar no âmbito do Poder Legislativo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar o narcotráfico e o crime organizado no Estado do Paraná.

Esta resolução se faz necessária para que possa funcionar concomitantemente as demais comissões parlamentares, já constituídas neste Parlamento, tendo base

regimental e constitucional, por tratar-se de matéria de grande importância para o Estado do Paraná, tendo em vista as denúncias e fatos concretos levantados pela CPI nacional em relação ao narcotráfico e o crime organizado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Será realizado simultaneamente com as eleições municipais de 01 de outubro de 2000, plebiscito entre o eleitorado do Paraná para que este opine sobre a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel.

Parágrafo Único - Os eleitores deverão decidir se o governo do Paraná poderá vender suas ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia.

Art. 2º - Poderão participar da consulta popular os eleitores habilitados a participarem das eleições municipais, nos termos das regras estabelecidas para o pleito pelo Congresso Nacional e pela Justiça Eleitoral.

Art. 3º - Será considerada vencedora a proposta que obtiver a maioria dos votos válidos, excluídos os em branco, dentre as seguintes alternativas: “O governo do Paraná deve vender para uma empresa privada o controle acionário da Copel? Sim ou não”.

Art. 4º - Para representar as diferenças correntes de pensamento, relativas às duas alternativas submetidas à consulta popular, serão organizadas duas frentes parlamentares às quais se vincularão entidades representativas da sociedade civil.

§ 1º - As frentes que representam, respectivamente, a defesa do controle acionário por parte do governo do Paraná e a defesa da venda desse controle, organizadas sob a forma de sociedade civil, devem ter estatuto e programa detalhando as características de sua proposta.

§ 2º - As frentes devem registrar-se perante a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que baixará normas para tal fim.

§ 3º - Em caso de disputa, compete à Mesa Diretora definir e indicar a frente que representará a respectiva corrente de pensamento.

§ 4º - Da decisão da Mesa Diretora, mediante apoio de dez por cento dos deputados, cabe recursos, sem efeito suspensivo, ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante os trinta dias que antecederem a véspera da realização do plebiscito, as emissoras de rádio e de televisão mantidas pelo governo do Paraná reservarão, diariamente, vinte minutos de sua programação,

logo após o horário eleitoral gratuito, para divulgar a propaganda relativa ao plebiscito.

§ 1º - O espaço destinado à propaganda do plebiscito só pode ser utilizado pelas frentes constituídas na forma desta lei, sendo que, em cada período, cada uma delas disporá de dez minutos, obedecido o rodízio na ordem de apresentação.

§ 2º - A utilização do espaço e do tempo a que se refere o *caput* deste artigo respeitará posições político-partidárias diferenciadas, na proporção de sua representação parlamentar na respectiva frente.

§ 3º - As transmissões e a geração de imagem e som serão feitas, gratuitamente, pelas emissoras de rádio e televisão mantidas pelo governo do Paraná, podendo as frentes, de comum acordo com as emissoras, dispor, de modo diverso, do respectivo espaço de tempo, para utilizá-lo contínua ou fracionadamente.

§ 4º - As demais emissoras de rádio e televisão poderão reproduzir os programas das frentes, em horários que venham a definir, sem custos pela utilização dos sons e imagens gerados pelos veículos mantidos pelo governo do Paraná.

Art. 6º - Aprovado o ato convocatório, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I - tornar pública a cédula respectiva;

II - expedir instruções para a realização do plebiscito.

Parágrafo Único - A impressão das cédulas caberá ao Estado do Paraná e a sua distribuição à Justiça Eleitoral.

Art. 7º - Convocado o plebiscito, projeto legislativo ou medida administrativa, cujas matérias constituam objeto de consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 8º - O plebiscito, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.709/98, regulamenta as modalidades de consulta popular previstas tanto na Constituição da República quanto na Constituição Estadual. Diz o diploma que o plebiscito é modalidade de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acen-tuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Por sua vez, é pública a posição do governo do Paraná no sentido de vender o controle acionário que detém da Copel - Companhia Paranaense de Energia

Elétrica. Também é desnecessário sustentar a relevância da empresa para a economia estadual.

A empresa, desde sempre, tem sido um dos mais importantes instrumentos para desenvolvimento sustentado da nossa economia. Na verdade, em face do desenvolvimento da Copel, que propicia energia em abundância em nosso território, foi possível, inclusive, a viabilização de um parque industrial de importância nacional.

A Copel, por seu desempenho em sua atividade fim, seus recursos humanos e sua lucratividade, ocupa uma posição destacada no cenário nacional, estando entre as maiores e melhores empresas do Brasil.

A venda do controle acionário da empresa, com nível de excelência reconhecido, quanto, mais do que nunca, é significativo o Estado deter meios de alavancagem da economia, pode implicar em perdas de diversa naturezas.

Além da perda em si da capacidade reguladora da atividade, da perda de iniciativa em setores de pesquisa, meteorologia, tecnologia sobre potenciais hidrelétricos já sob o conhecimento da companhia, sua venda significará tão só a mera transferência a interesses privados de uma rentabilidade de grande magnitude e praticamente nada em termos de novos investimentos.

Tudo leva a crer que a venda da Copel mais serviria à resolução de situação de caixa conjuntural, sem nenhuma conexão com interesses elevados da gente do Paraná. Argumentar pela necessidade de novos investimentos seria ilógico, pois a empresa, sempre, por seus próprios meios, conseguiu crescer e investir em suas atividades até tornar-se o que hoje todos conhecemos.

Assim, em vista da relevância da empresa para a vida da economia e dos interesses sociais dos paranaenses, uma decisão dessa envergadura, com as repercussões inevitáveis que advirão, merece ser tomada por todos os interessados: os paranaenses.

O plebiscito é instrumento adequado para tanto. A Assembléia Legislativa do Paraná não pode negar à nossa gente o direito de decidir sobre seu próprio patrimônio, construído ao longo de décadas pelo trabalho de nossos antepassados e dessa nossa geração.

Como explicar que o poder mais profundamente ligado à população, porque é o único a franquear seus corredores permanentemente ao povo, se recusaria a levar em consideração do eleitorado decisão dessa gravidade, como quer o Poder Executivo?

Por essas razões, por imperativo de consciência, independentemente da posição que se tenha, a favor ou contra a privatização, é de bom senso que a decisão a ser tomada seja legitimada pelos paranaenses. Mesmo porque, a venda do controle acionário da empresa não foi tema da campanha eleitoral que elegeu o atual governo, circunstância que torna ilegítima uma decisão como essa, sem se considerar os maiores interessados que é a gente paranaense.

Enfim, por se constituir numa das mais importantes privatizações do País e, certamente, a mais importante para o Paraná, a privatização da Copel deve passar por um processo de consulta popular que o legitime ou o

fulmine, tudo nos termos da vontade soberana do eleito-
rado e do contribuinte paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 103/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do
Paraná a criar uma extensão da Universidade Estadual de
Maringá no município e Nova Esperança.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecno-
logia e do Ensino Superior, em conjunto com a Univer-
sidade Estadual de Maringá, formalizará os
procedimentos legais para implantação dessa extensão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(aa) RICARDO MAIA
BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Nova Esperança constitui-se uma cidade-polo na
Região Noroeste do Estado do Paraná, abrangendo 16
municípios, a saber: Colorado, Cruzeiro do Sul, Paranac-
ity, Uniflor, Inajá, Paranaipoema, Jardim Olinda, Alto
Paraná, Tamboara, São Carlos do Ivaí, Floraí, São Jorge
do Ivaí, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Flórida,
Lobato. Esses municípios, incluindo Nova Esperança
representam uma população acima de 120 mil habitantes,
com uma extensão territorial considerável.

A região citada representa significativamente para o
Estado do Paraná na produção de grãos, como o soja, o
milho, o arroz, além de produzir também o algodão e a
cana-de-açúcar. Predomina na região também a sericicul-
tura, fator predominante entre pequenos produtores rurais
desses municípios. Alie-se a esses produtos o leite, o frango,
ovos e produtos derivados do leite, além da carne bovina.

A Universidade Estadual de Maringá já possui
duas extensões universitárias, a primeira em Cianorte,
distante 75 quilômetros de Maringá, e a segunda em
Goioerê, a 190 quilômetros de Maringá. As atividades
desenvolvidas pela UEM nessa extensões tem colabo-
rado, em muito, no desenvolvimento dessas regiões,
gerando mais riquezas para toda a população, além de
oferecer um ensino de qualidade para os que cursam
essas extensões universitárias.

A população estudantil dessa região tem dificul-
dades para fazer seu curso superior, procurando facul-
dades até no interior do Estado de São Paulo.

Nova Esperança, distante 40 quilômetros de Mar-
ingá, será o local ideal de criação de uma extensão da
Universidade Estadual de Maringá. Algumas gestões já

foram feitas nesse sentido. A Prefeitura Municipal de
Nova Esperança tem interesse nessa criação e envidará
esforços na implantação dessa extensão.

Nossa proposta de criar uma extensão da UEM em
Nova Esperança vem de encontro aos interesses de toda
uma região que muito tem contribuído para o desenvolvi-
mento do Estado do Paraná.

Anexamos algumas informações importantes sobre
a UEM e o município de Nova Esperança.

PROJETO DE LEI Nº 104/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Programa Suplementar de Informatiza-
ção de Escolas e Creches constitui na arrecadação de
equipamentos de informática e reciclagem dos mesmos
para utilização em escolas e creches da rede pública
estadual, através de doações de bens e serviços de
informática.

Art. 2º - A pessoa, física ou jurídica, interessada
em efetuar a doação de equipamentos de informática den-
tro do Programa de Informatização desta lei, poderá fazê-
lo através das Secretarias de Estado da Educação e de
Assuntos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Poderá, ainda, inscrever-se no
Programa de Informatização pessoa física ou jurídica
especializada na reciclagem dos equipamentos, nos ter-
mos do regulamento desta lei.

Art. 3º - Serão emitidos certificados aos partici-
pantes do programa com o título "Amigo da Escola/
Creche do Paraná", contendo a data da doação, o nome e
a cidade da instituição beneficiada.

Art. 4º - Só serão aceitos para os efeitos desta lei
microcomputadores recicláveis, segundo avaliação de
comissão constituída por técnicos em informática das
Secretarias de Estado da Educação, composta por técni-
cos em informática.

Art. 5º - O chefe do Poder Executivo determinará a
confecção de lista de espera priorizando escolas e creches
que não tenham equipamentos dessa natureza.

Parágrafo Único - A lista de espera para os equipa-
mentos será pública e ficará à disposição dos interessados
nos núcleos de educação e escritórios regionais da Secre-
taria de Estado da Criança e do Adolescente.

Art. 6º - O chefe do Poder Executivo, através das
Secretarias de Estado da Fazenda e Indústria, Comércio e
Desenvolvimento Econômico, no prazo de 120 (cento e
vinte) dias, criará plano de incentivos para a pessoas
jurídicas participantes do programa de que trata esta lei.

Art. 7º - No mesmo prazo do artigo 6º, o chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O processo de informatização de escolas e creches é inevitável diante dos avanços tecnológicos postos à sociedade moderna.

A presente proposição tem por objetivo auxiliar escolas e creches do Estado a adiantar, com a colaboração da sociedade organizada, o acesso de estudantes dos mais variados níveis à utilização de computadores, sobretudo em se relevando que não se vislumbra atualização sem computadores.

O lançamento constante de novas máquinas e novos programas torna os equipamentos obsoletos em pouco tempo, gerando a necessidade, principalmente para empresas, da aquisição de máquinas mais modernas. Dessa exigência do mercado, surge a possibilidade da doação de equipamentos, desde que os mesmos possam ser reciclados e utilizados em escolas e creches do Estado, permitindo aos alunos e professores contato diário com esse tipo de tecnologia.

Este programa contempla também as pessoas interessadas em prestar serviços na reciclagem dos equipamentos.

Há grande defasagem no fornecimento de computadores a escolas e creches, situação que se espera ver minimizada com a participação de empresas e pessoas físicas que se sensibilizam com o problema da falta de computadores em escolas públicas.

PROJETO DE LEI Nº 105/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Lupércio Vergniano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear o Pastor Lupércio Vergniano, homem consagrado por Deus e com um maravilhoso trabalho evangelista revertido ao bem-estar da comunidade paranaense.

Foi um grande incrementador da Obra de Deus nos Estados do Paraná e Santa Catarina, enviando e mantendo obreiros e construindo muitos templos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 106/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam impedidos, os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei se justifica pelo elevado número de pessoas que se inscrevem em concursos públicos, sendo que a maioria se encontra sem emprego, enfrentando grandes dificuldades para sua manutenção e de sua família.

Desta forma, muitas vezes, o valor utilizado para fazer a inscrição é retirado do seu próprio sustento causando enorme ônus para esta parcela da sociedade.

Visa-se com este projeto de lei, dar condições de um maior número de candidatos, ao exercício de seu direito constitucional de tentar ingressar nos quadros da Administração Pública, sem que isto cause comprometimento a sua sobrevivência.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 107/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto José Belinati, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional José Belinati, com sede no município de Londrina, foi fundada em 28 de maio de 1993 e teve os respectivos atos constitutivos registrados em 08 de junho de 1993.

Essa instituição atende diariamente 120 crianças, através de convênio com o Provopar de Londrina e a Pastoral da Criança.

Contribui, também, no trabalho de combate à dengue na localidade e troca de cestas básicas por lixo que “não é lixo”.

Além desses relevantes trabalhos, através do pagamento com cestas básicas, essa associação promove a limpeza das vias públicas e de terrenos baldios. Permitindo, assim, que pessoas desempregadas possam levar algum alimento para as suas famílias.

Trata-se de Associação que participa ativamente da vida dos munícipes residentes no Conjunto José Belinati, merecendo o reconhecimento da Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós, nesta semana, estaremos comemorando um ano que estamos coletando assinaturas para a CPI do Pedágio. Foi a primeira CPI aventada nesta Casa Legislativa que foi atropelada pelas CPI's que foram protocoladas, por atacado, na semana passada.

Nós, da Oposição, não poderíamos deixar passar, em branco, este momento, porque um dos maiores dramas que passa a sociedade paranaense, do ponto de vista econômico, e da falta de transparência é com relação ao pedágio!

E esta CPI, na sua forma tradicional, através de requerimento, está há um ano na pauta. Por isso que nós chamamos aquelas CPI's todas, dos supermercados, etc., de CPI's laranjas, porque a pauta da sociedade e a pauta nossa já é em sintonia com as demandas do Paraná, e nós queremos fazer um ato para lembrar este momento, nós estamos trazendo um bolo que vai ser levado à imprensa, decorado a caráter, o pedágio. E há um ano o requerimento tem a mesma capa, a capa está borrada, danificada, vamos ter uma nova capa para este requerimento. Queremos continuar pegando as assinaturas que faltam para colocarmos esta agenda na pauta, esta agenda da CPI do Pedágio, porque se não houver transparência, não houver uma solução para a questão do pedágio, no ano que vem estaremos comemorando o 2º ano, o 3º ano, o 4º ano e assim sucessivamente. Nós, da Oposição, não faltaremos com a responsabilidade!

E, por fim, sem querer magoar ninguém, estamos convidando quem quiser comer um pedaço do bolo que comemora um ano de luta pela CPI do pedágio, está convidado a saborear conosco este bolo, que é um ato breve, mas tem que ser significativo, em homenagem à população, em homenagem ao povo do Paraná.

Portanto estou convidando, rapidamente, sem querer atrapalhar a sessão, evidentemente, para este pequeno ato que faremos para a comemoração de um ano do requerimento da CPI do Pedágio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Antes de anunciarmos o segundo orador, gostaríamos aqui de manifestar a nossa alegria com a presença, nas galerias do ex-parlamentar, Gernote Kirinus, 1º secretário desta Casa e do ex-deputado federal, Maurício Requião, com quem nos congratulamos.

E também aproveitar o momento para parabenizar, em nome da Assembléia Legislativa e dos deputados aos jornalistas que cobrem a Casa pelo transcurso do seu dia, na sexta-feira, dia 07. Parabéns senhores jornalistas.

Com a palavra o senhor Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

No mesmo caminho traçado pelo deputado Irineu Colombo queremos dizer ao Paraná que não nos conformamos. Continuamos rebeldes e continuaremos firmes na tentativa de colocar a CPI do pedágio em funcionamento nesta Casa.

Faz um ano que estamos tentando montar a CPI do pedágio. Toda vez que vamos ao interior do Paraná percebemos que é indispensável uma investigação com relação a esse caso.

Não iremos baixar a bandeira; não iremos nos omitir de insistir na CPI do pedágio, pois é fundamental para passarmos a limpo esse fato rumoroso que todos conhecemos. Sobre tudo a agricultura do nosso Estado; a economia do nosso Estado que paga e paga caro por essa atitude inconseqüente do governo Jaime Lerner.

Não adianta as pessoas se aborrecerem com a nossa posição. Vamos bater na tecla, não só aqui nesta Casa, mas em todos os cantos do Paraná. A Assembléia Legislativa do Paraná precisa investigar com determinação, com esmero as denúncias que existem em relação ao pedágio no Paraná.

Temos documentos, pareceres, planilhas que indicam que as tarifas foram super-faturadas em todos os itens da planilha de custo que compõe o preço da tarifa.

Se temos essas suspeitas, porque vamos ficar calados e deixar que essas cinco CPI's que o governo quer criar nesta Casa cale a nossa voz. Coloquem no esquecimento esse assunto que maltrata o povo do Paraná, que danifica a agricultura, o setor econômico e o setor produtivo do nosso Estado. Não, senhor presidente. Não. Não. Esse é o nosso sentimento. Iremos lutar com as nossas forças, por mais que sejam minoritárias aqui nesta Casa, mas lá fora é majoritária. O povo está conosco. Não se conforma. A população do Estado quer explicações do governador Jaime Lerner. A população disse não ao pedágio abusivo, extorsivo que o governo Jaime Lerner impôs goela abaixo. E para garantir colocou cães, o fuzil, a metralhadora, a polícia para espancar motoristas e caminhoneiros por esse Paraná afora.

Por isso o gesto que estamos fazendo aqui. Vamos cortar o bolo de aniversário da CPI, do requerimento que propõem a CPI do Pedágio. Estamos fazendo um ato

simbólico para dizer que não iremos voltar atrás um milímetro. Se não pudermos aqui dentro iremos as ruas. Vamos para as vilas, para os bairros, para as águas, para o interior do Paraná, para exigirmos que este assunto do pedágio seja passado a limpo. Queremos saber por quê as tarifas se tornaram impraticáveis no Estado do Paraná?

Por isso que convidamos todos os deputados para que participemos, agora, ali no comitê de imprensa, do bolo que estamos cortando. Na verdade não é uma homenagem, na verdade é o nosso sincero protesto pela maneira como este assunto está sendo tratado aqui nesta Assembléia e pelo governo Jaime Lerner.

Iremos então fazer o corte do bolo em protesto pela CPI do Pedágio estar no arquivo, e não estar entre as cinco CPI's, que foram contempladas aqui neste Parlamento do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados, quero chamar a atenção desta Casa, dos demais companheiros, como já fiz na quarta-feira da semana passada, dizendo das minhas preocupações com o rumo das coisas que ocorrem aqui dentro do Plenário. Quando tivemos um espetáculo deprimente aqui na semana passada, quando algumas dúzias de laranjas foram trazidas para o interior do Plenário desta Assembléia.

Senhor presidente, parece que há muito tempo perdeu-se a vontade de olhar este estatuto: Regimento Interno da Assembléia. Quero chamar a atenção dos senhores parlamentares para que observem na página 47 do Regimento Interno, o artigo 239, seus parágrafos, para que nós, parlamentares, passemos a ter uma preocupação maior com relação a algumas atitudes que são tomadas aqui dentro. Sabemos perfeitamente que a Oposição tem o direito de fazer oposição e ninguém aqui quer colocar mordaca, mas há que se fazer as coisas com dignidade e, acima de tudo, com respeito aos demais Parlamentares, que podem não estar associados ao pensamento dos parlamentares da Oposição.

Senhor presidente, estou dando entrada na Mesa da Assembléia Legislativa, do seguinte requerimento.

(Lê):

“INDICAÇÃO

Sugere a manifestação da Assembléia sobre assunto que especifica.

Senhor Presidente.

Os deputados que esta ‘Indicação’ subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, visando resguardar e proteger os padrões elevados da moralidade, necessários ao prestígio de seus mandatos, e o respeito à dignidade da Assembléia Legislativa do Paraná, como instituição e Poder do Estado, com base no

artigo 128 do Regimento Interno, requerem da douta Mesa Executiva as medidas regimentais cabíveis para que a Assembléia se manifeste quanto a questão a seguir exposta:

- Na Sessão Ordinária do dia 4 último, deputados compareceram ao Plenário da Assembléia Legislativa levando laranjas (fruto da laranjeira) que foram colocadas sobre suas bancadas. No decurso da sessão usaram da palavra, associando a conduta dos deputados que haviam assinado requerimentos para formação de Comissões Parlamentares de Inquérito, ao termo pejorativo de ‘laranjas’. O procedimento desses parlamentares, como membros do Poder Legislativo do Paraná, foi fartamente divulgado pela imprensa estadual, com repercussão nacional.

- Dicionários da língua portuguesa, como Mirador, Mercury JR, e outros, definem o termo ‘laranja’ como: fruto comestível (fig), pessoa ingênua ou sem importância.

- O artigo 239 do Regimento Interno trata ‘Do Decoro Parlamentar’, estabelecendo no:

‘§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembléia Legislativa.’

Decoro Parlamentar: o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu ‘Comentários à Constituição Brasileira’ de 1988 (Volume II), comentando o artigo 55 da Constituição Federal, afirma que:

‘Entende-se por atentatório ao decoro parlamentar a conduta que fira aos padrões elevados da moralidade, necessários ao prestígio do mandato, à dignidade do Parlamento. Assim, não é preciso que o ato se configure ilícito penal, basta que macule o respeito exigido...’

Diante do exposto, considerando que a maioria absoluta dos membros do Legislativo do Paraná, pela prática de atos referendados constitucional e regimentalmente, foi ofendido em seu prestígio junto ao povo e a dignidade do Parlamento foi ferida, com a ação física e o uso reiterado do termo pejorativo citado, pede-a a manifestação da Assembléia na seguinte questão:

- A conduta dos deputados, acima descrita, feriu a dignidade do Parlamento e pode ser considerada atentatória ao decoro parlamentar?

Sala das Sessões, em 10.04.2000”

É o questionamento que faço à Mesa, coincidentemente não sabia disso, já estava com este material preparado para quinta-feira, coincidentemente vejo uma manifestação da Oposição utilizando o recinto do Plenário da Assembléia Legislativa - invoco, senhor presidente, o artigo 239, que trata do decoro parlamentar!

Sinto-me ofendido, como me senti ofendido naquela quarta-feira, quando laranjas foram colocadas aqui no Plenário da Assembléia Legislativa, como me sinto ofendido hoje, quando vejo aqui esta manifestação da Oposição! Ou nos damos o respeito a cada um de nós,

ou aqui vai virar uma bagunça e não é isso que queremos, senhor presidente!

Encaminho à Mesa, com a minha assinatura, espero mais assinaturas de parlamentares que coloquemos ordem, para que coloquemos respeito à conduta de cada um nesta Casa, está aqui no Regimento Interno, ou fazemos valer esta nossa “Bíblia”, este nosso catecismo, ou é melhor rasgar, senhor presidente, senhores parlamentares!

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Somando-me ao pronunciamento do deputado Algaci Tulio, requeiro, pela ordem de Vossa Excelência, para que tome providências com relação ao episódio que acontece aqui na sala de imprensa. Acho que isso é um desrespeito à Assembléia Legislativa do Estado, muito bem colocou o deputado Algaci Tulio, aqui estão pessoas, parlamentares eleitos pelo voto popular, que tem o respeito à população paranaense e não pode, de forma alguma, vivenciar um momento desmoralizante para a Assembléia Legislativa do Estado, como este que estamos presenciando aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A questão de ordem de Vossa Excelência procede, quero solicitar aos senhores deputados que, por gentileza, ocupem os seus lugares, para que tenhamos prosseguimento da sessão. Quanto a qualquer comemoração festiva que os deputados da Situação ou da Oposição, ou os mais alegres, os mais entusiasmados, os mais circenses, queiram produzir, podemos oferecer o salão nobre desta Casa para prosseguimento da festa.

Por gentileza, queiram os deputados acompanhar a sessão nos seus devidos lugares.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, concluo, utilizando o espaço da Liderança do PTB, se me permite, fazendo aqui algumas colocações, do que é o decoro parlamentar.

“Art. 239 - O deputado que descumprir os deveres inerentes ao seu mandato ou praticar ato que atente a sua dignidade, estará sujeito ao processo e as medidas disciplinares previstas pelo Regimento e no Código de Ética de decoro parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes: censura, perda temporária do exercício do mandato, não superior a 30 dias, perda de mandato...” e vai em frente. Ninguém está aqui pedindo a perda de mandato de ninguém. Vou deixar bem claro, já: ninguém está pedindo a perda de mandato por um ato desta natureza.

Mas, o que quero dizer, senhor presidente, é que o artigo 239, no § 2º diz muito bem: (lê) “é incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas constitucionais, asseguradas a membros da Assembléia Legislativa”.

Que a Oposição faça sua festa, faça seu protesto, entendemos que é perfeitamente normal e natural. O que não se pode é usar o Plenário desta Casa para se ver manifestações que atentam à dignidade dos outros parlamentares. Senti-me ofendido com as laranjas aqui colocadas. E, portanto, venho fazer esta sugestão à Mesa, protocolando daqui a pouco mais, com a assinatura de alguns parlamentares, para que se reveja esta situação: se é decoro parlamentar ou não. Se for, espero que a Mesa tome, como acabou de tomar algumas medidas.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli. A Mesa solicita aos senhores deputados para que ocupem seus lugares. Vamos prosseguir com a sessão com equilíbrio e bom senso e a certeza de que algumas manifestações por certo não contribuirão muito para o anuário desta Casa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados; vamos ter oportunidade de a partir deste momento fazermos a leitura do relatório que espelha o trabalho que foi desenvolvido pela Comissão Especial de Investigação, instalada no mês de novembro do ano passado e que hoje apresenta este relatório, depois de ter sido apresentado à Comissão, de ter sido votado pela Comissão. E fazemos a apresentação e damos conhecimento ao Plenário e a toda a sociedade paranaense.

Mas, antes de iniciarmos a leitura, quero aqui em rápidas palavras expressar os agradecimentos da comissão à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que em nenhum momento tentou obstaculizar os trabalhos da comissão. Em todos os momentos atendeu a todas as solicitações e reivindicações feitas pela Comissão Especial de Investigação...

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, quero pedir, em nome da responsabilidade que devem ter os nossos parlamentares, teremos agora na palavra do deputado Ribas Carli, o relatório da Comissão Especial de Investigação, que trouxe tantos benefícios à solução do narcotráfico, digo, do problema do narcotráfico neste Estado. Errou colocando uma Questão de Ordem para que os deputados atentem ao relatório do ilustre parlamentar, porque acredito que oportunamente teremos o café da manhã, o jantar, o horário da sobremesa, vamos estabelecer um dia para trazer a melancia, outro dia o cincerro e outras coisas que poderemos trazer...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra continua com o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Pois bem, senhor presidente, em todos os momentos que a comissão solicitou qualquer ação da Casa, ela teve o pronto atendimento: questão de pessoal, transporte, viagens que foram feitas.

Então, quero neste momento agradecer a boa vontade que sempre existiu por parte da Mesa Diretiva desta Casa.

Quero iniciar agora a leitura deste trabalho que foi, como já disse, iniciado no mês de novembro. Procurei sintetizar, mas mesmo assim este relatório contém 36 páginas. Vou fazer uma leitura e espero não ser maçante e nem chato. Agora, peço aos senhores deputados que prestem a atenção devida ao fato, tendo em vista que este é um acontecimento que hoje está chamando a atenção, não só da população do nosso Estado, mas também de todo o Brasil. E que em muitos momentos esta Casa, nome de deputados foram envolvidos e em alguns momentos, por questões políticas e digo isto em meu nome, na minha cidade tentaram fazer com que o meu nome passasse a ser um nome envolvido com o narcotráfico tendo em vista que eu era o relator da Comissão de Narcotráfico.

Por isso temos que ter todo o cuidado e sabemos realmente o que contém o relatório. Por isso peço aos senhores deputados que se inteirem do que aconteceu, que saibam como foi feito o trabalho desta comissão para que possam fora desta Casa defender o trabalho de seus colegas e defender o nome desta instituição que é a nossa Casa, que é a Casa do povo paranaense que é a Assembleia Legislativa do Estado.

Pois bem, senhores deputados, senhor presidente...
(Lê):

“RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO NARCOTRÁFICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Iniciados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus membros, criou uma Comissão Especial de Investigação a fim de dar suporte à CPI do Narcotráfico em razão dos indícios de que a criminalidade organizada para o tráfico de drogas mantinha suas raízes bem fundadas neste Estado.

Em 22 de novembro último, pelo Excelentíssimo senhor presidente da Casa o nobre deputado Nelson Justus, foi instalada a comissão, integrada pelos Excelentíssimos colegas: deputado Ângelo Vanhoni, que por decisão do grupo recebeu a incumbência de presidir a comissão; deputado Algaci Tulio, honradamente aceitou a incumbência de vice-presidente da comissão; pelo subscritor deste a quem coube a tarefa de relatoria dos trabalhos; pelo nobre deputado Tiago Amorim, escolhido sub-relator e pelos Excelentíssimos senhores deputados Caíto Quintana, deputado José Maria Ferreira e deputado Luiz Carlos Alborghetti.

A primeira reunião ordinária desta comissão especial de investigação foi realizada em 30.11.1999, quando foi solicitada a presença do Excelentíssimo senhor dele-

gado doutor Adauto Abreu de Oliveira, Chefe da Força Especial de Repressão Antitóxicos, grupo da polícia civil deste Estado, especializado, conhecido pela sigla Fera.

O doutor Adauto Abreu de Oliveira manifestou à comissão que foi convidado para intervir na Delegacia de Antitóxico em razão do grande número de casos de corrupção envolvendo policiais civis, usuários de drogas a traficantes naquele órgão especializado que, segundo o delegado, atualmente representava “uma delegacia mal afamada...” já que a ineficiente fiscalização da atuação policial haveria propiciado a associação do traficante e do dependente de tóxico a policiais corruptos. Situação de ganho para o crime organizado em detrimento da sociedade.

Das informações prestadas pelo doutor Adauto ressaltou o ilustre policial que a estrutura deveria ser acompanhada pelo Ministério Público, o que de fato, funcionou na Delegacia Anti-tóxico por mais ou menos um ano e meio.

Informou que por motivo que desconhece foi afastado da delegacia e o grupo que criou, o Fera - Força Especial de Repressão Antitóxica, foi esvaziado, ficando com um contingente de dois delegados e seis agentes para combater o narcotráfico em todo o Estado do Paraná, o que seria inviável para o combate até mesmo em um bairro da grande Curitiba.

Relatou que depois de alguns meses, após reinstalado, deu prosseguimento às investigações na cidade, chegando ao nome do policial civil Humberto Aparecido Terencio, em atividade na Capital que foi preso com, aproximadamente 1.800 bolas de haxixe, meio quilo de cocaína, maconha, armamento proibido e apetrechos para falsificação e adulteração de chassis de veículos, além de documentos furtados. O policial foi julgado e condenado a 24 (vinte e quatro) anos de prisão.

Após estes acontecimentos, com novas alterações da direção do comando da Polícia Civil o informante foi afastado de suas atividades no Grupo Fera, ficando sem notícias de policiais envolvidos com o narcotráfico, retornando após cerca de dois anos a atuar na repressão ao narcotráfico. Narrou o ilustre delegado que ainda que com instalações precárias e sem material para as investigações, na época da Delegacia de Antitóxicos, levantou cerca de 2000 (duas mil) denúncias envolvendo traficantes, instalando também o telefone nº 342-3860 que na época deste depoimento já somava 30 (trinta) dezenas de denúncias feitas pela população de Curitiba.

Sem citar nomes, para a proteção de investigações em curso, relatou a existências de vários policiais envolvidos com o narcotráfico na capital paranaense.

Denunciou que em inúmeros casos os acusados presos em flagrante são colocados em liberdade por excesso de prazo na instrução, que no Departamento de Toxicologia do Estado, freqüentemente há falta de reagente para o exame toxicológico de maconha, faltando estrutura e condições de trabalho nos IML's.

Em seu depoimento perante a CPI do Narcotráfico, em Brasília, no dia 17.02.1999, o mesmo repetiu basicamente o conteúdo das informações feitas na CEI/Paraná.

Narrou que os policiais que investigavam a corrupção entre seus pares não se sentiam a vontade para prender os companheiros de milícia. Que o crime organizado se instalara em Curitiba e no Estado com várias conexões entre traficantes de drogas, ladrões de automóveis e roubo e desvio de carga. Denunciou a insistência de controle efetivo das fronteiras com outros estados e divisas internacionais e que o transporte de drogas no Paraná é feito por via terrestre, sendo a BR 277 uma das principais rotas.

Na segunda reunião ordinária da CEI, no dia 06.12.1999, esteve presente o Excelentíssimo senhor deputado federal Padre Roque, com o objetivo de expor sobre os trabalhos da CPI Federal no que tange às informações envolvendo o Paraná no narcotráfico nacional.

O nobre deputado relatou que este Estado possui o papel de destaque pela localização geográfica e por contar com apoio de alguns policiais corruptos.

E contribuiu no sentido da necessidade de aparelhamento da polícia, já que puderam constatar que as instituições não estão preparadas para combater o crime organizado, ou seja, nem a polícia, nem o Poder Judiciário ou o Ministério Público.

Aduziu que muito se discute sobre a necessidade da unificação das polícias civil e militar e a centralização num só órgão estatal. Considerou que todas as esferas do poder estão contaminadas pelo crime organizado e que a população, em todos os lugares visitados pela CPI contribui imensamente com denúncias.

Na terceira reunião ordinária da comissão, em 15.12.1999, a comissão ouvir o depoimento da senhora Shirley Aparecida Pontes, que esteve presente acompanhada de sua ilustre procuradora doutora Mary Helena Baraskin.

A depoente relatou que foi presa em abril de 1991, envolvida no roubo do Conglomerado Banestado, sendo transferida para o 9º distrito policial da capital, de onde foi resgatada por um grupo fortemente armado, que, segundo informações o grupo era ligado ao traficante Fernandinho Beira Mar.

Que após sua fuga, foi informada de que o Cope recebera uma denúncia de que a mesma estava em Maringá, recapturando-a com drogas e em companhia de outras duas pessoas.

A partir daí, a depoente limitou-se a negar todo e qualquer envolvimento com o tráfico de drogas, divagando nas respostas e não colaborando de forma alguma com as investigações.

Na quarta reunião ordinária da comissão, em 20.12.1999, a comissão inquiriu o senhor Rafael Leandro Valenga.

Após depor perante os Excelentíssimos senhores Promotores lotados na Promotoria de Investigação Criminal, o depoente se propôs a colaborar com esta comissão.

Por isso, denunciou o envolvimento de policiais e alguns comerciantes da cidade de Cascavel com o tráfico de drogas, roubo e desvio de cargas.

O depoente que é natural de Curitiba e conta com 22 anos de idade, tem aproximadamente 15 passagens pela 15 subdivisão Policial de Cascavel, pelas quais figura com réu em 11 ações penais em trâmite no Fórum de Cascavel.

Denunciou a existência de uma quadrilha integrada por policiais instalada na cidade de Cascavel, que pratica o narcotráfico, estelionato, lesão corporal e tentativa de homicídio.

Informou que os policiais não saem de Cascavel porque pagam pedágio para lá permanecer.

Que no comando da Delegacia estava o doutor Osnildo Carneiro e posteriormente doutor Lavision. Declarou também que o superintendente Manoel Pedro tomou o celular do mesmo não devolvendo até a presente data. Cita ainda outros nomes de policiais envolvidos em atos criminosos, tais como João Negui, Lúcio Augusto, Ivo e o escrivão Lima.

O esquema, segundo o depoente envolveria todos os citados no tráfico de drogas, compradas por eles ou até mesmo apreendida. E mais, relatou que os criminosos se utilizam de estradas vicinais ou mesmo a BR 277, Foz do Iguaçu - Cascavel, na maioria das vezes sem passar por barreiras.

As rotas são via Santa Helena, Esquina Azul, Vera Cruz do Oeste até chegar em Cascavel. Toledo, Estrada de Chão, ainda via Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Toledo até Cascavel.

Que seguem pelo Rio fazendo baldeações, deixando um pouco em cada chácara, fazendas e sítios, onde policiais são proprietários. Referiu-se que os policiais Gilberto e Volnei são muito ricos.

Denunciou o depoente que ao tentar informar o que acontecia em Cascavel sofreu ameaças de um comissário de menor chamado de Humberto Tinoco Martins.

O depoente informou ainda que prestou declarações aos repórteres do SBT que gravaram seu depoimento.

No dia 17.02.2000, o Excelentíssimo senhor deputado Ângelo Vanhoni, nobre presidente desta CEI, foi ouvido na CPI -Nacional, na Câmara dos Deputados em Brasília.

Lá, segundo as notas taquigráficas de seu relato, informou sua surpresa, ao ouvir informações de que o traficante Fernandinho Beira Mar, teria ligações com pessoas residentes no bairro da Barreirinha, nesta Capital, o que despertou nos deputados estaduais a realidade do narcotráfico no Paraná, ocasionando a instalação desta CEI.

Afirma, em suas declarações, o nobre colega, que o Paraná não é um estado periférico com relação ao crime organizado, pois suas fronteiras com os países do Mercosul e divisas com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, propiciam um local ideal para o tráfico de drogas, roubos de carros, roubo e desvio de cargas e tráfico de armas.

Que Foz do Iguaçu é um paraíso para as empresas de câmbio e remessas de dinheiro para o exterior, por onde passaram alguns bilhões de reais somente no ano de 1999.

Que o PR não seria tão somente rota de passagem das drogas, mas mercado consumidor para o comércio em grande escala, vide as apreensões de grandes quantidades de droga.

Neste mesmo dia, 17.02.1999, a CPI Nacional inquiriu uma testemunha que por segurança foi identificada como dependente 1.

A finalidade do depoimento foi informar à CPI o envolvimento de policiais civis com o narcotráfico em Curitiba.

O depoente era usuário e adquiria drogas com os policiais Mauro Canuto e Edmir Silveira. Afirmou que está afastado a aproximadamente dois anos das drogas, porém sabe que tudo continua como antes. Que os citados policiais vendiam o produto criminoso na rua sem nenhum constrangimento, inclusive pelo telefone celular realizavam seus negócios.

A droga negociada era cocaína, seu fornecedor era outro policial de nome Samir, que por sua vez adquiria de um empresário de nome Issan, residente em Araucária/PR. O depoente ocultou ainda que o policial Mauro Canuto era proprietário de uma lanchonete denominada Waldo Chesse Picanha. E que é de conhecimento do depoente que todos os policiais possuem armas de grosso calibre, provenientes de contrabando do Paraguai.

Disse que os policiais envolvidos com tráfico de drogas possuem bens incompatíveis com os seus salários. Que um empresário de nome Eloi Biesos tinha ligações com o policial Mauro Canuto, e que o empresário era proprietário de uma empresa de táxi aéreo chamada Helisul.

Declinou o nome de outro policial com ligações com Canuto, de nome Edson Clementino da Silva.

Dando continuidade aos trabalhos da CPI-Nacional neste dia foi ouvida outra testemunha denominada Depoente 02, igualmente com a identidade protegida.

A testemunha informou que aproximadamente 30 dias antes havia sido preso por policiais do 7º DP da Capital paranaense e foi extorquido em 15 mil reais para que não fosse indiciado no Art. 12. Dois dias depois o depoente se dirigiu até o Grupo Fera onde comunicou o fato, ficando a disposição para elucidar o ocorrido, informou que queria depor na CPI, pois temia pela sua segurança e tem informações de que a droga é comercializada em Curitiba por policiais civis.

Quando da sua prisão no 7º DP o Delegado de plantão era o doutor Noel, o escrivão Nei Prosdócimo e estavam presentes os investigadores Vagner, Jaques e Marcos. O dinheiro foi dado pela sua namorada nas mãos do policial Vagner.

O depoente ainda faz algumas divagações envolvendo pessoas que teriam relações com o narcotráfico em Curitiba, tais como um tal Wellington, traficante que atua na rua Vicente Machado. Citou também Antonio Pelizetti

como advogado que atende a todos os policiais com problemas na Justiça.

Há um depoimento carreado ao material desta CEI que deve ser referido neste relatório, pela sua relevância, o do motorista Jorge Meres Alves de Almeida, em 25.08.1999, na Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Maranhão. O depoente afirma que o advogado William Marques mandou contratar na cidade de Pinhais - PR os serviços da Carretas Gauchinho para transportar mercadorias roubadas e compradas pelo advogado.

Afirmou ainda que a empresa Conforto, com matriz em Campina Grande/PB com filial em Cascavel/PR é utilizada para desova de eletrodomésticos roubados.

Além dos depoimentos lidos e tomados a CEI empreendeu também a iniciativa de manter contato com autoridades responsáveis acerca do estado das medidas de repressão e apuração dos delitos de narcotráfico.

Assim passa-se aos relatórios fornecidos pelas polícias Federal e do Estado acerca da quantidade de drogas apreendidas, em resposta ao ofício enviado por esta CEI para a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal do Estado do Paraná, foi encaminhado pelo superintendente, Excelentíssimo senhor Luiz Glicério Silveira Ferrari, mapa estatístico das apreensões de drogas, com total geral e por região do Estado, de 1996 até 30 de novembro de 1999.

No âmbito da Polícia Federal foram apreendidos 936.16Kg (novecentos e trinta e seis quilos e dezesseis gramas) de cocaína, 11.785.02Kg (onze mil setecentos e oitenta e cinco quilos e duas gramas) de maconha e 452.85 (quatrocentos e cinquenta e dois quilos e oitenta e cinco gramas) de crack.

Quanto às apreensões da Delegacia de Antitóxicos de Curitiba, através de dados elaborados pela Associação da CEI, é possível ver que em 1998 e 1999 foram apreendidos 12.580 Kg (doze quilos quinhentos e oitenta gramas) de maconha, 2.477Kg (dois quilos quatrocentos e setenta e sete gramas) de cocaína e 10.199Kg (dez quilos cento e noventa e nove gramas) de crack.

Estes números, creia-se, são irrisórios.

Dados da Polícia Federal confirmam que desconsiderando as duas maiores apreensões de cocaína em 99, uma de 300 quilogramas e outra de 50 quilogramas, feitas em Londrina e região, restam apenas 29,4 quilos apreendidos em todo o Estado. Muito embora esta relatoria não tenha recebido as cópias dos depoimentos tomados pela CPI Nacional na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pode-se constatar a partir de alguns depoimentos ouvidos, que determinados depoentes afirmavam ter negociado e até mesmo “caído” com quantidades infinitamente superiores aos dados estatísticos.

Sem dúvida, os dados das apreensões procedidas vem apenas endossar os depoimentos prestados constatando que além de pouco se fazer na repressão ao tráfico, a corrupção infiltrada nos organismos policiais é uma realidade há muito tempo instalada. Os dados tam-

bém confirmam que as estruturas atuais são insuficientes e frágeis frentes às necessidades que se apresentam.

Há muito a ser feito. Foi possível, no âmbito da CEI acumular dados que não podem ser divulgados, sob pena de prejuízo às futuras investigações. Constituem-se em relatórios contendo a relação de crimes envolvendo assaltos a banco, roubo de cargas, desmanches, roubo de veículos, lavagem de dinheiro, narcotráfico, além da relação de pessoas a serem investigadas sobre remessa de recursos para o exterior, a partir do trabalho desenvolvido pelo Excelentíssimo procurador da República, doutor Celso Antonio Trêz, a fim de se averiguar as interligações entre estas práticas criminosas e possíveis práticas de crime organizado. Tais relatórios, de divulgação restrita, constituem, juntamente com as denúncias efetuadas pelo disque-denúncia, um verdadeiro plano de operações para a vindoura e imprescindível Comissão Parlamentar de Inquérito a ser criada por esta Casa.

Se a remessa de lucros para o exterior, através das contas CC5 é operação legal e mecanismo amplamente utilizado por aqueles que geram emprego e contribuem para a economia do País, também sabe-se que pouco tem feito o Banco Central na fiscalização da origem dos valores e identificação de possíveis casos anormais.

Por isso é preciso um exame profundo e cuidadoso de todos os dados, com a finalidade de verificar a relação entre as remessas de dinheiro para o exterior, através das contas CC5, e o tráfico de drogas e roubo de cargas, pois o fenômeno da criminalidade organizada, como se sabe, no mundo inteiro se utiliza de sistemas bancários na lavagem do dinheiro sujo das drogas.

A criminalidade organizada é um fenômeno transnacional. E o Estado-delinquencial se instala nas lacunas deixadas pelo Estado Constitucional, basta atentar-se para a realidade dos morros na cidade do Rio de Janeiro, para o império exercido pela Máfia na Itália e por aí segue.

A situação do tráfico de drogas no Brasil é grave e o Estado do Paraná merece especial atenção. É preciso que todos nós, a sociedade paranaense e o Estado (compreendido na expressão o Executivo, o Legislativo e, especialmente, o Judiciário), devemos nos convencer que a situação é realmente grave.

O Paraná mantém fronteiras que o tornam um espaço geograficamente privilegiado, exposto ao trânsito da bandidagem, que está a merecer especial atenção das autoridades do Estado e da União.

Postas tais premissas, é preciso indicar uma outra de igual ou maior importância.

Trata-se de dizer que nem esse e nenhum outro governo está em julgamento, eis que os trabalhos evidenciaram que os vícios que contaminam setores da Segurança Pública no Paraná são antigos. Não é de hoje que se houve falar de práticas de atos de corrupção em delegacias, especialmente na área das drogas.

Muito já se ouviu sobre pessoas que são detidas em flagrante e inquéritos policiais que nunca são instaurados.

Não bastasse isso, os vícios diagnosticados aqui estão presentes nos outros estados brasileiros e há alguns Estados que ainda contam com seus coronéis centenários, impedindo a apuração da corrupção e o conseqüente retorno à ordem.

Não é de hoje que os estudiosos se ocupam da questão. Jorge Silva, na sua obra Controle da criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional (Editora Forense, 2ª edição, 1999, páginas 128/129) assinala que: 'O crime organizado propriamente dito é constituído de grupos numerosos, rigidamente hierarquizados e com atuação em múltiplas atividades clandestinas, tais como o jogo, o lenocínio, o tráfico de drogas e o contrabando. A sua atuação é baseada no controle de áreas geográficas delimitadas, por onde se descentraliza a hierarquia da organizada. A disciplina é mantida com punições rígidas, amiúde com a 'pena' de morte. As conexões com setores oficiais (e particulares também) é fundamental, e a corrupção de funcionários de autoridades é vital. E os 'capos' aparecem desempenhando funções empresariais regulares e raramente permitem-se flagrar no cometimento dos delitos aos quais a organização se dedica'.

Ou seja, independentemente do partido a que pertence o governador de plantão, está claro que as patologias aqui diagnosticadas estão a contaminar as polícias por todos os Estados do País. E se a criminalidade organizada é um fenômeno mundial e transnacional, o que se dirá das fronteiras internas do Brasil, onde o Paraná está estrategicamente situado.

Como visto, o crime organizado está amplamente lastreado pelo mundo e tem que contar, obrigatoriamente, para seu êxito, com o braço de poder no setor público e/ou uma atividade econômica aparentemente legal.

Daí decorre que a impunidade para com os personagens do crime tem sido rotina, o que conduz cada vez mais as instituições encarregadas em combater o crime ao descrédito Público.

A demora nos julgamentos, na punição, também produz descrédito. O Poder Judiciário deve dar a sua contribuição sendo ágil, no sentido de maior rapidez nos julgamentos e, de conseqüência, na punição ao indivíduo criminoso, dando maior confiança a população que depende da celeridade para poder acreditar na justiça. No caso paranaense, há a proposta da criação de varas especializadas, que deve merecer a consideração daquele poder.

Até o presente momento pode-se observar que os órgãos de segurança do paraná, em alguns seguimentos, têm sua estrutura seriamente comprometida com o narcotráfico, de tal sorte que as medidas implementadas até agora são insuficientes para restabelecer a confiança da população.

Se a necessidade da colaboração internacional é uma providência indispensável, como restou concluído no Encontro em Assembléia Especial das Nações Unidas, ocorrida em Nova York e em junho de 1998, ocasião em

que se formulou o princípio da responsabilidade compartilhada entre as nações e o compromisso, de 153 países, dentre eles o Brasil, de enfrentar o fenômeno do crime organizado e eliminar, dentro de dez anos, o problema representado pelas drogas ilícitas, o que se dirá da necessária ação conjunta das instituições deste Estado.

Repito, a situação é grave e merece uma profunda e ampla análise na busca de soluções efetivas para o combate à criminalidade organizada em nosso Estado.

A situação revelou-se ainda mais preocupante quando, no último dia 06 de abril, esta CEI recebeu do Excelentíssimo senhor procurador de Justiça, doutor Dartaganan Cadilhe Abilha, coordenador criminal do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais do Ministério Público do Estado do Paraná, o Ofício nº 090/CAOPC/2000, contendo uma interessante análise da situação que estamos a examinar, além de propostas com o objetivo de contribuir na melhoria das instituições policiais.

Refiro-me ao aumento da preocupação porque aquele ilustre procurador de Justiça refere-se a existência de atritos entre a Polícia Civil e o Ministério Público e propõe: 'Para pôr-se pá de cal em questão que vem criando atritos entre a Polícia Civil e o Ministério Público, importaria a edição de Resolução no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, determinando que as policiais aceitem as ações de controle externo de suas atividades, tal como previsto na Carta Magna na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar Federal nº 8625, de 12/02/93), na Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal nº 75, de 20/05/93), que contém normas supletivas e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 85, de 27/12/99). em tal Resolução seriam discriminadas as ações específicas de controle externo a serem realizadas por Promotores de Justiça de acordo com o contido nos diplomas legais acima referidos'.

Essa divergência deve ser resolvida urgentemente, eis que inconcebível que interesses corporativos, claramente contrários aos interesses da sociedade, possam prejudicar e até inviabilizar a necessária e salutar atuação conjunta entre o Ministério Público e a Polícia Civil.

Os atritos entre as autoridades diretamente responsáveis pelo combate à criminalidade só é benéfica ao bandido e a sociedade paranaense não pode tolerar tais procedimentos.

Outra questão que tem atormentado os especialistas na matéria é a eterna confusão que reina no país (e no Paraná) entre as competências e as atribuições das Polícias Civil e Militar. A respeito, Jorge Silva também constata que: '... por mais que se procure demonstrar que os nomes nada tem a ver com as competências e atribuições das duas organizações, por ignorância ou má fé insiste-se na confusão, em deixar no ar a idéia de que a única diferença entre as duas polícias é que uma é militar e outra é civil.

E empenha-se a polícia dita 'civil' a judiciária, em patrulhar as ruas viaturas ostensivas, agora com jaquetas e bonezinhos uniformes com a inscrição Polícia Civil em letras garrafais e a polícia dita 'Militar' ostensiva, em ações de tipo militar e em tentar apurar crimes consumados. Tudo às avessas. (obra citada, pag. 194).

Nesse contexto, necessário se impõe mudança em bloco envolvendo vários setores e instituições, o Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Federal. Polícia Militar e Civil, Receita Federal e Banco Central. Essas estruturas devem estar agindo de forma ordenada e em constante sintonia, trocando informações e com cadastros atualizados dos criminosos que possuem grande poder de fogo.

A problemática do narcotráfico no país e no Estado do Paraná, reacende a necessidade de se investir mais nos agentes públicos que atuam na área da segurança pública (policiais, delegados), que devem estar constantemente se atualizando através de cursos e reciclagem nas mais variadas áreas, técnica, psicologia, sociologia, direitos humanos, política, dentre outras, e que devem estar munidos de todas as condições necessárias para o desempenho de sua função.

É preciso profunda análise crítica em torno da utilização dos fundos criados para o sustento das estruturas policiais, eis que não é admissível a absoluta ausência de informatização das delegacias de polícia e que a polícia técnica tenha seu trabalho prejudicado pela falta de material.

Não é despidendo relatar-se que nesta Capital as Delegacias de Polícia sequer possuem computadores, sendo os depoimentos tomados pelos escrivães em simples máquinas de escrever manuais. É do domínio público que o advogado Luiz Renato Crovador recentemente assassinado, doava computadores para as delegacias da capital. Ou seja, a omissão da autoridade estatal abre os espaços para que se criem situações absolutamente indesejáveis e perigosas para a idoneidade da polícia.

Diante de todas as questões postas e atendendo ao que preceitua a Carta Magna acerca das prerrogativas e tarefas das comissões parlamentares, proponho algumas medidas que visam alterar preceitos falhos, inoperante e deficientes.

1) Controle externo da atividade policial

Sabe-se que o controle externo da atividade policial é medida prevista na Constituição Federal, a ser exercida pelo Ministério Público. Assim prevê o art. 129, VII, da CF, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar Federal nº 8625, de 12.02.93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal nº 75, de 20.05.93) e Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual nº 85, de 27.12.99).

A rigor, são doze anos de poder fiscalizatório da atividade policial que dizem com a formulação do inquérito policial, ou seja, as atividades de polícia

judiciária. A Lei Orgânica do Ministério Público da União, que é aplicada subsidiariamente aos Ministérios Públicos Estaduais, segundo disposição do artigo 80 da Lei Federal 8.625/93, já mencionou inúmeros mecanismos de controle externo, a serem exercidos por meio de medidas judiciais ou extrajudiciais. Pouco ou nada se fez.

Ou seja, a legislação confere ao Ministério Público o poder de fiscalizar a atividade policial e não se encontra explicação plausível para que isto não esteja acontecendo.

Depois da passagem da CPI do Narcotráfico pelo Paraná ainda é possível afirmar que as corregedorias de polícia e o já existente controle externo pelo Ministério Público Estadual são suficientes para a adequada e eficaz fiscalização da atividade policial?

Não tenho dúvidas de que a resposta deve ser negativa.

O já citado Ofício nº 090/CAOPC/2000, do Excelentíssimo senhor procurador de Justiça, doutor Dartagnan Cadilhe Abilhoa bem denota a deficiência de controles externo da atividade policial, quer no plano dos atos praticados no inquérito policial, quer no âmbito administrativo da Polícia Civil.

Para se ter exemplo, só com o rápido episódio da passagem da CPI pelo Paraná, cerca de 24 policiais civis foram afastados, entre os quais seus delegados, inclusive o próprio delegado geral da Polícia Civil do Paraná, e estão todos sob investigação de envolvimento com o crime organizado.

Onde estavam a Corregedoria da Polícia Civil e a Justiça?

De plano, é possível constatar que a Corregedoria só age mediante a denúncia. Ou seja, tal como está, se não há denúncia aquele órgão nunca irá apurar o desvio de conduta da autoridade policial. Além disso, a hierarquia policial e o corporativismo desvirtua a função corregedora.

A ação da Corregedoria tem que ir muito além do que a ação passiva, do aguardo da denúncia. A ação da polícia tem que ser a da chamada busca ativa, expressão utilizada pelos especialistas no controle de infecção hospitalar para determinar que a simples espera do aparecimento do germe mostra-se insuficiente e até inútil. É preciso procurar a patologia, investigar onde pode estar o possível foco, estudar as debilidades da estrutura e por onde o agente patológico se infiltra.

Essas linhas já estavam escritas quando do recebimento do ofício do representante do Ministério Público Estadual, onde o Excelentíssimo membro do Parquet local compartilha inteiramente das nossas conclusões, manifestando que: 'A Corregedoria da Polícia Civil, órgão a ser chefiado por delegado de polícia de 1ª classe de ilibada conduta e de manifesta ascendência sobre a classe, deve ser restituída à sua original e relevante missão, a de realizar correções ordinárias e extraordinárias nos diversos órgãos do Estado, deixando de ser uma mera colhedora de queixas e denúncias contra policiais, em estática postura de espera para, com a necessária

dinâmica, atuar com a clara postura preventiva que faria diminuir em muito a necessidade de intervenções posteriores de caráter disciplinar.'

Não pode deixar de causar certa perplexidade que o próprio Ministério Público não tenha se insurgido e atuado com a veemência que a sociedade dele espera, diante dessa mencionada passividade, da omissão, do comodismo da Corregedoria da Polícia Civil.

Assim, a Corregedoria só poderá ser eficiente se desempenhar uma ação ativa, indo ao encontro e em busca das deformações da ação da autoridade policial e promovendo a necessária repressão. Só a ação permanente e ininterrupta pode tornar a Corregedoria um órgão efetivamente útil e eficaz. Para tanto, o Poder Executivo deve dotá-la de estrutura adequada, com capacidade de locomoção eficiente, ágil, com capacidade de acumular as informações, de pessoal eficiente e preparado.

Para além disso, é preciso que a sociedade participe desse empreendimento.

Além de contribuir para manter a atividade policial, é preciso que a sociedade se faça presente não só na fiscalização da correta aplicação dos recursos destinados à segurança pública, mas também na ação da autoridade policial, estando atenta para os possíveis desvios.

Só uma estrutura independente, livre do corporativismo e comprometida com a idéia de uma polícia saudável e eficiente, comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, poderá dar cabal cumprimento a árdua tarefa que está para ser executada.

Aqui é preciso afastar os interesses corporativos, especialmente no que tange ao privilégio da nomeação de delegados de primeira classe para certas investidas dentro da Polícia Civil. Não se pode subtrair do governador do Estado, que é democraticamente eleito pelo povo, o direito de nomear pessoas de fora da corporação ou delegados de outras classes para determinados cargos diretivos. Há pessoas na sociedade que podem, e em certas circunstâncias até devem, dar a sua contribuição para a melhoria e o aprimoramento das instituições da Polícia Civil, mesmo não fazendo parte dela.

Não se trata de diminuir o poder da instituição policial, mas de assegurar ao representante do povo no executivo, o governador, exercer os poderes que legitimamente recebeu, livre de qualquer ingerência de interesses corporativos. Trata-se de ter em mente que a polícia existe para servir a sociedade, para estar submissa aos seus interesses e não o contrário.

Independentemente do controle que a lei já atribui ao Ministério Público, é preciso construir um organismo que, permanentemente, possa estar dizendo que polícia a sociedade deseja, que avalie, fiscalize, critique e que seja, também, um atestado permanente de idoneidade da autoridade policial.

Não se trata de amesquinhar, reduzir as atribuições do Ministério Público, mas de somar a elas a contribuição que a sociedade pode dar.

Cheguei à conclusão de que essa nova estrutura é o novo controle externo da polícia.

Em que consiste: a segurança pública é atribuição constitucional do Poder Executivo. No âmbito do Estado do Paraná as polícias estão sob o comando do governador do Estado e fiscalização exclusiva de suas corregedorias através de seus pares. O novo controle externo, além do controle já instituído para o Ministério Público, mas abrangendo este seria um órgão colegiado composto por representantes das Polícias Civil e Militar, dos sindicatos, das associações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público Estadual e Federal, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e dos partidos políticos, tal como já ocorre na área da saúde. O caráter seria não só o de influenciar na gestão dos recursos aplicáveis na área da segurança, mas também o de atuar na fiscalização e avaliação da ação da polícia e dos atos da autoridade policial.

O órgão do controle externo deve ser dotado de poder de investigar amplamente a ação da autoridade policial.

O controle também se daria pelos livros das delegacias. Hoje sabe-se que não há controle algum sobre os livros que recebem a anotação de ocorrências. Ao controlador não é possível averiguar quais ocorrências tornaram-se inqueritos. Os livros e documentos a serem preenchidos que já possuem formulários impressos devem ser numerados e rubricados, como termos de início e fim e serem constantemente examinados por um órgão superior fiscalizador. A polícia Militar, ao entregar qualquer indivíduo que foi apanhado praticando conduta delituosa deve ficar em poder de boletim numerado que será igualmente fiscalizado.

2) Unificação das Polícias Militar e Civil

Com a crise de recursos que assola o setor público, é inviável e impossível continuar convivendo na área de segurança com dois sistemas distintos de telecomunicações, de transporte, de abastecimento, de pessoal, de finanças, de apoio, de arquivo, de computação, de estatística e de autoridade.

A atual forma de organização da polícia revela-se insuficiente e débil frente às formas de atuação do crime organizado, que evoluiu, sofisticou-se, cresceu em qualidade e quantidade. É preciso adequar a organização policial a esses novos tempos.

O Professor José Afonso da Silva, em sua obra Curso de Direito Constitucional Positivo (editora M. 17ª edição, 2000, p. 755), ensina que o legislador constituinte conservou as polícias estaduais, com as seguintes responsabilidades: “São polícias estaduais, responsáveis pelo exercício das funções de segurança pública e de polícia judiciária: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. À Polícia Civil, dirigida por delegado de carreira, em cada Estado, incumbe as funções de polícia judiciária, nos termos já definidos antes, e a apuração

de infrações penais, exceto: a) as de competência da polícia federal...; b) as militares. À Polícia Militar, em cada Estado, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte e ainda agora, a sociedade brasileira tem se debatido com o problema da existência de duas Polícias Estaduais.

Por um lado, refletindo que essa divisão é uma herança dos tempos em que o conceito de ordem pública não tinha os mesmos contornos de hoje, daí o vício segundo o qual a Polícia Militar deve cuidar da segurança interna.

Por outro lado, o debate induz a reflexão se, efetivamente, a Polícia Civil tem, efetivamente, cumprido suas atribuições de forma adequada.

Essa dicotomia tem criado, muitas das vezes, confusão e vácuos na atividade policial, que favorecem a atuação criminosa.

Nas palavras de Abraão José Kfourri Filho e Dalmo de Abreu Dalarilin. A Polícia à Luz do Direito, RT, 1991, a própria criminalidade organizada, com ramificações dentro das polícias, se instala nas lacunas deixadas por um segmento e não preenchido pelo outro, porque não seria aquela lacuna das suas respectivas alçadas.

A atividade policial não pode ser confundida com a ação de natureza militar. As distorções históricas têm prejudicado a concepção da polícia e da organização policial, de suas finalidades, de seus treinamentos e de seus métodos de ação. Já não faz mais sentido preservar estruturas que foram concebidas em outras épocas e sob outra orientação ideológica. A redemocratização do País colocou na ordem do dia novas necessidades e novas possibilidades, sendo que estas devem ser aproveitadas para a solução daquelas.

As modificações na estrutura policial tem dito como principal obstáculo a ação empedernida dos interesses corporativos, sempre se sobrepondo aos da sociedade.

A sociedade não pode se deter diante de tais interesses.

É preciso um só comando, uma só estrutura. Não se pode mais aceitar que o delegado de Polícia e o comandante da Polícia Militar, um na delegacia e outro no quartel, continuem desconhecendo o que o outro planeja e realiza na busca da segurança da comunidade.

E que ao mesmo tempo, no âmbito de suas corregedorias, busquem disfarçar as mazelas existentes numa e noutra a fim de se sobressair uma sobre a outra.

Por isso mesmo é que conclui que o ideal é termos uma só polícia, a Polícia Estadual.

A unificação a ser profundamente estudada e analisada, deve dar-se de maneira que não cause a impressão de que uma instituição incorporar a outra. A nova polícia não deve ser a Militar ou Civil, mas a Polícia Estadual, de caráter civil. Com um segmento uniformizado e não fardado, facultando a opção de ingresso aos atuais integrantes dos dois órgãos. Os cargos devem ter nova nomenclatura, para que não signifiquem a prevalência

daqueles já consagrados em uma e em outra. As academias devem ser unificadas e as escolas devem educar para a nova realidade.

O já citado Jorge da Silva, conclui que: 'Salta aos olhos que os conflitos de competência entre as polícias Civil e Militar poderiam ser evitados se houvesse apenas uma polícia em cada Estado da Federação, ou se a polícia judiciária fosse uma polícia especializada, vinculada ao Poder Judiciário ou controlada pela Secretaria de Justiça'.

Sinto que o País não está maduro para introduzir uma mudança tão radical, embora desejável, como a da criação de uma polícia especializada e vinculada ao Poder Judiciário, a chamada polícia judiciária no seu sentido mais literal.

Já de muito na doutrina jurídica internacional os juristas debatem o tema.

Muitos se perguntam: se a atividade da polícia judiciária é de auxiliar o Poder Judiciário (como se costuma dizer, investiga o crime e descobre seus autores, fornecendo os elementos para a instrução de processo judicial), qual a razão de continuar sob o comando do poder Executivo? Deve haver uma polícia própria para o Poder Judiciário?

É possível adotar providências no sentido de submeter ao Poder Judiciário a chamada polícia judiciária?

Trata-se de tema que merece profunda reflexão e minha sugestão é que estas conclusões sejam remetidas ao Congresso Nacional, onde a questão da submissão da polícia judiciária ao Poder Judiciário poderá ser objetivo de exame e providências definitivas.

Por ora, aqui no plano estadual, podemos introduzir mudanças no sentido de tornar mais clara e transparente as atribuições da nossa polícia judiciária, ora envolvida num escândalo sem precedentes, em que o seu próprio ex-comandante encontra-se foragido e com a prisão decretada.

Não é concebível a polícia judiciária exercendo o papel de polícia ostensiva e vice versa. É preciso acabar com a confusão no exercício das atribuições. Essa é uma das vantagens de uma única polícia.

A polícia judiciária deve ater-se à investigação criminal (apuração dos delitos) e aos procedimentos a ela inerentes, bem como à custódia dos presos.

A polícia ostensiva deve exercer o policiamento ostensivo, velado ou semivelado e as tarefas de inteligência policial, as informações, atuando na prevenção e na repressão ao crime.

Tudo numa só estrutura, sob um único comando.

3) A Polícia Científica

Se a questão da submissão da polícia judiciária ao Poder Judiciário requer a intervenção do Congresso Nacional, há medidas que podem e devem ser adotadas de imediato no plano estadual.

Os depoimentos colhidos ao longo dos trabalhos da CEI revelam que a estrutura da nossa polícia técnica não atende às necessidades atuais.

Minha conclusão, já exposta na Proposição 20/99, é que a chamada polícia científica, constituída pelo Instituto Médico Legal e pelo Instituto de Criminalística, deve ser reunida em um único órgão, fora do âmbito da competência do delegado geral, ou seja, vinculada diretamente ao secretário de Estado da Segurança. Trata-se de providência que pode ser adotada de imediato, eis que o Estado do Paraná tem competência para tanto.

É preciso consignar que o governador deve ter liberdade de nomear o diretor, inclusive utilizando-se de pessoas de fora do quadro da instituição. Novamente refiro que é preciso que a sociedade se dedique a analisar o uso dos recursos na área de segurança, com a finalidade de estabelecer as prioridades e a aplicação adequada dos fundos existentes.

Essa mesma sugestão consta do ofício encaminhado pelo Ministério Público, ao qual já me referi anteriormente.

4) O fim do inquérito policial

Todos os acontecimentos que nos remetem à reflexão sobre a figura do inquérito policial.

Há uma realidade intrigante. Quase tudo o que se faz no inquérito policial é repetido em juízo. Essa repetição de atos é necessária, é útil?

Pude constatar que há intenso debate na doutrina especializada. A tese que parece mais condizente com os novos tempos foi a da necessidade do fim do inquérito policial para estabelecer-se, desde o início da apuração criminal, um único procedimento, com a intervenção do advogado de defesa, do Ministério Público e do próprio juiz.

A solução produz redução de custos ganho de tempo para o chamado Estado Juiz na aplicação da sanção, assinada para o respeito aos direitos humanos e remete a autoridade policial para a atividade que efetivamente foi idealizada, ou seja a investigação do crime como auxiliar do Poder Executivo.

Ao longo do tempo o inquérito policial tornou-se instrumento de toda sorte de negociatas e barganhas nas delegacias brasileiras. Na seara das drogas, é possível afirmar, com um razoável grau de segurança, que só permanece preso ou respondendo a processo quem não dispõe de recursos para fazer o acerto na delegacia. Nas ruas é freqüente a reclamação do policial militar, que prende e conduz o criminoso até a delegacia e depois o encontra caminhando pelas ruas como se nada tivesse acontecido. Via de regra o delegado de polícia só assina os atos, que são produzidos pelo escrivão, numa clara distorção daquilo que já é ruim.

O Poder Público gasta os já poucos recursos com o inquérito desnecessariamente. De natureza inquisitória, onde não se permite o contraditório (donde resultam quase todas as distorções), o fim do inquérito possibili-

taria a imediata intervenção do advogado, do juiz e do Ministério Público, reduzindo as possibilidades de violência contra o acusado e, portanto, promovendo o respeito aos direitos humanos e dotando o processo criminal de mais segurança e credibilidade, desde o início.

O fim do inquérito policial remeteria as partes, Estado, vítima e acusado, diretamente ao contraditório, desde o primeiro instante da instrução, com a ampla participação do advogado e do Ministério Público.

Trata-se de medida que requer alterações em lei federal, mas que deve ser recomendada ao Congresso Nacional como fruto da experiência que estamos vivendo em nosso Estado.

5) Criação de Divisão Especial para o Combate do Narcotráfico

Foi encaminhada a esta CEI pelo delegado Adalto Abreu de Oliveira, através do Ofício nº 004/99, sugestão acerca da criação de uma Divisão de Repressão ao Narcotráfico para substituir a atual Delegacia Antitóxicos. Tal divisão seria criada no âmbito do Departamento da Polícia Civil, cabendo adotar medidas para investigação, prevenção, repressão e processamento dos crimes da Lei de Tóxicos e Contravenções Penais (artigos 62, 63 e 69) e legislações especiais dentro dos limites territoriais e fiscalização permanente em colaboração com a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, em relação à medicina e farmácia. Segundo a sugestão, a Divisão será subordinada diretamente ao delegado geral do Departamento da Polícia Civil e chefiada por um Delegado de Polícia de 1ª classe e composta por policiais especialmente designados. A Divisão contaria ainda com uma subdivisão de inteligência, uma administrativa e uma especial de repressão antitóxica. As autoridades policiais civis e militares colaborariam com a Divisão criada através da informação obrigatória dos resultados de procedimentos investigatórios e apresentação de relatórios circunstanciados de tais procedimentos com as respectivas apreensões de substâncias.

6) O Furto e Roubo de Veículos

No que tange ao furto e roubo de veículos e à comercialização de peças usadas, as medidas recentemente adotadas pelo governo estadual estão na linha de moralizar o setor que alimenta o fluxo destes ilícitos.

No entanto, mantido o mesmo cenário, nada nos assegura que no futuro a situação não voltará a ser a mesma. É preciso buscar meios de combate permanente a tal modalidade de crime.

Nessa linha, como modo de encontrar formas definitivas de reprimir a comercialização de peças usadas, obtidas através de atividade criminosa, faz-se necessário o controle fiscal da receita estadual nas oficinas legalizadas e uma operação gigante de desbaratamento de todos os locais obscuros que aparentemente oficinas e desmanches. A população em muito poderá ajudar se divulgarmos um número telefônico para denúncias acerca da existência de

locais obscuros que aparentemente oficinas e desmanches. A população em muito poderá ajudar se divulgarmos um número telefônico para denúncias acerca da existência de locais suspeitos.

7) Outras Propostas

O Ministério Público apresentou diversas propostas, dentre elas a da criação de uma Vara Especializada para processar e julgar os crimes da Lei nº 6.368/76 (Lei de Tóxicos); a criação da Ouvidoria das Polícias, vinculada diretamente do governador do Estado: alterações no Departamento de Assuntos Internos, com a finalidade de dotar o órgão de maior eficácia na apuração de infrações praticadas por maus policiais: a participação da OAB, do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado no Conselho Superior da Polícia Civil e que se assegure a efetiva atuação do Ministério Público na atividade policial.

Todas as propostas são válidas e estão a merecer profunda reflexão, eis que voltada para o aprimoramento das instituições policiais, razão pelas quais adoto todas no relatório.

No final dessa árdua tarefa executada pela CEI a conclusão a que chego, agora com os elementos necessários e com os objetivos claramente estampados, sem atropelo, é que se faz necessária a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Legislativo paranaense tem todas as condições de ser o elemento catalizador e capaz de impulsionar todas as mudanças que urge se fazer na estrutura da Polícia paranaense (Militar e Civil), envolvendo todas as entidades interessadas e que atuam na área (Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Ministério Público, todos os órgãos do Executivo, inclusive as Polícias).

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito também terá a função preponderante de a partir da realidade averiguada individualizar as falhas dos sistemas já existentes, aperfeiçoar as propostas acima e ainda discutir outras para a possível implementação legislativa por esta Casa.

Por tais razões é que concluo pela indispensabilidade da criação e a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para o tratamento de todas as questões acima levantadas, e das vindouras, já que neste relatório não foi possível o carreamento dos depoimentos tomados pelos membros da CPI - Nacional em nosso Estado.

É preciso ter em mente que a CPI deve trabalhar para aprofundar as investigações e também para oferecer sugestões que visem resolver os problemas existentes.

Não podemos tirar da pauta de discussão a participação das Forças Armadas no trabalho de fiscalização de nossas fronteiras com os países vizinhos.

Tendo em vista que o Paraná é um Estado que mantém fronteiras com diversos países, e que temos aquele famoso triângulo das Bermudas, Foz do Iguaçu, Cidade de Leste e Porto Iguaçu, onde circulam um número

imenso de diversas partes do mundo e de cidadãos apátridas. Porque na verdade lá uma grande maioria de pessoas não têm documento, não têm passaporte, não têm identidade, ninguém sabe quem é por isso a importância também da atuação do Exército, para que possamos impedir os acontecimentos que vêm trazendo preocupações a todos os paranaenses e a todos os brasileiros.

Hoje a sociedade brasileira de norte a sul se assombra com as revelações do crime organizado em nosso país. Mais do que surpresa a sociedade paranaense está indignada. Não é possível assistir pacificamente a presença de autoridades e até de instituições participando diretamente de atividades ilícitas e ilegais.

É urgente por parte do governo uma total reformulação da política de segurança pública em nosso Estado, para que em futuro próximo não estejamos vivendo situação idêntica a hoje.

Por tudo o que foi relatado, encerra-se o presente relatório com a certeza de que a manutenção do Estado Democrático de Direito é tarefa árdua. A corrupção e o crime organizado são características de um Estado totalitário, no qual nada se apura ou investiga. O Estado-delinquencial é totalitário, pois se sustenta através do medo e da ameaça. Não será o caso do nosso Estado.”

Este é o relatório, senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados que passo às mãos do nobre presidente, devidamente assinado por mim e pelos membros da comissão, tendo em vista que este Relatório foi lido, foi discutido e aprovado pelos membros da Comissão Especial de Inquérito. Tenho certeza que vai servir de grande subsídio a CPI que será instaurada e instalada, nesta Casa, nos próximos dias. Com certeza já caminhamos alguns quilômetros mas sabemos quemuitos quilômetros deverão ser caminhados. Temos a convicção que o trabalho que será executado pela CPI desta Casa, irá aprofundar-se ainda mais em todos os assuntos, em todos os fatos aqui relatados, para que possamos, através da conclusão destes trabalhos levar à sociedade paranaense aquilo que ela espera de todos os seus representantes, de todos aqueles que aqui estão, representando os diversos segmentos da sociedade paranaense, esta sociedade que está ansiosa, por ações, por soluções, para que possa viver com mais tranquilidade.

Concedo o aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero dizer da minha satisfação e da honra que tive de fazer parte desta Comissão Especial de Investigações.

Esta comissão que correu uma parte do Estado do Paraná, esta comissão que foi à Brasília, esta comissão que ouviu depoimentos aqui nesta Casa. Esta comissão deixou bem claro porque veio. Aí está o resultado. Um relatório de alta qualidade, que aprofunda a crise da área da Segurança Pública. E que não é apenas aqui no Estado

do Paraná. Se os senhores deputados tiverem em mãos a “Folha de São Paulo” de hoje lerão um artigo de Benedito Domingos Mariano, sociólogo e ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, onde ele fala que...

(Lê):

“Banda Podre ou Estrutura Podre?”

Benedito Mariano

Nos últimos meses, o setor de Segurança Pública tornou-se agenda política. Desde a cassação do deputado federal Hildebrando de Lima, acusado de envolvimento com crime organizado e que foi coronel da Polícia Militar do Acre, desencadeou-se um ‘efeito do Ninõ’ em vários Estados, principalmente pelo trabalho desenvolvido pela CPI do Narcotráfico.

Assistimos e lemos notícias de indícios de envolvimento de setores das cúpulas das polícias em vários delitos. Os dados levantados pela CPI em vários Estados tornaram públicos indícios de envolvimento de setores importantes das polícias com o crime.

No entanto, a crise passou a ter outros contornos quando o secretário-adjunto da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro encaminhou ao procurador-geral de Justiça do Estado denúncias graves do que chamou de “banda podre da polícia carioca”, que, segundo noticiado, tem sustentáculos na cúpula da corporação. O secretário foi demitido e a Ouvidoria da Polícia do Rio pediu demissão e divulgou centenas de denúncias que, segundo a ouvidoria, não tiveram a devida apuração pelos órgãos corregedores.

A partir desse episódio criou-se a perspectiva de que em outros ou em todos os Estados brasileiros exista a chamada banda podre da polícia. Em São Paulo, a CPI do Narcotráfico do Congresso Nacional teve uma sessão em Campinas onde estranhamente, sumiram de dentro de uma unidade da Polícia, 330 Kg de cocaína, o que demonstra indícios fortes de que o ‘sumiço’ teve a participação de policiais. O depoimento de um informante na sessão da CPI no Rio de Janeiro na semana retrasada, citando envolvimento em concussão de 16 policiais em São Paulo, levou setores da imprensa a identificar o fato como “um dado da banda podre da polícia paulista”.

A Ouvidoria da Polícia entregou no dia 3 de abril de 2000, ao Secretário da Segurança Pública, uma lista com 36 nomes dos policiais mais denunciados na ouvidoria em 98 e 99. Na lista estão nomes de oficiais e praças da Polícia Militar e de delegados, investigadores e carcereiros da Polícia Civil de São Paulo. As principais denúncias contra os policiais são abuso de autoridade, concussão e prevaricação.

De novembro de 1995 a dezembro de 1999, a Ouvidoria de São Paulo encaminhou mais de 15 mil denúncias às polícias. Essas denúncias resultaram na punição, pelos órgãos apuradores, de 2,533 policiais, sendo 2,103 militares e 430 civis. Dos policiais citados no banco de dados da ouvidoria, uma parcela significa-

tiva já foi punida. A maior referência do governo de São Paulo no setor de segurança pública foi e é a transparência policial, da qual a Ouvidoria da Polícia, órgão autônomo e independente, é um dos maiores exemplos. Temos a convicção de que, na cúpula das Polícias Civil e Militar e no gabinete do secretário da Segurança Pública de São Paulo, não há nenhuma possibilidade de que seus membros pactuem ou façam parte de corrupção no Estado. E, se existisse o mínimo de indício sobre isso, não tenham dúvidas de que a sociedade teria conhecimento pela Ouvidoria Pública.

É importante verificar se existe banda podre nas polícias brasileiras. Mais importante é verificar se as estruturas podres das polícias contribuem para disseminar a impunidade, a violência, a ineficiência e a corrupção.

Em São Paulo, desde sua implementação, a Ouvidoria da Polícia é testemunha de que o secretário da Segurança Pública e os comandos da Polícia Civil e Militar repudiam e combatem atos delituosos cometidos por agentes policiais. Isso não quer dizer que não haja envolvimento de policiais paulistas em delitos graves, tais como abuso de autoridade, homicídios, tortura, concussão, prevaricação, corrupção e outros.

O legado dos períodos de exceção foi uma polícia ineficiente, corrupta e autoritária

O legado do período escravocrata e dos quase quarenta anos de períodos de exceção foi uma polícia ineficiente, corrupta e autoritária. O obscurantismo por que passou o Estado brasileiro tornou um modelo de polícia alicerçado em no arbítrio e na violência. O descontrole da polícia se justificava porque ela era capaz de segregar amplos setores “indesejáveis” da sociedade. A polícia no Brasil foi inspirada para ter a função de controle social. Talvez essa seja a raiz da sua dificuldade em combater o crime organizado.

Medidas como a criação do Proar (Programa de Acompanhamento de Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco) e da Ouvidoria da Polícia pelo governo de São Paulo contribuem para a convicção de que só teremos, uma polícia literalmente legalista, eficiente e democrática quando rompermos com as estruturas podres que ainda estão presentes no modelo de segurança pública do Brasil.

Enquanto isso não acontecer, atos delituosos e a violência continuarão fazendo parte da polícia, mesmo que não seja esse o desejo e a vontade de quem as comanda, como é o caso do Estado de São Paulo. Oxalá seja também essa a perspectiva da CPI, pois cabe a todos nós, em particular ao Congresso Nacional, efetuar as mudanças das estruturas podres das polícias.

Benedito Domingos Mariano, 41, sociólogo e ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, coordenador de Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, secretário-geral do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh), membro do Centro

Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e fundador do Movimento Nacional de Direitos Humanos.”

Vejam, senhores deputados, essa situação da área policial que testemunho 40 anos como jornalista, a exemplo de muitos deputados aqui. Sempre fomos uma voz a mais. Aliás, em função disso, respondemos a vários processos na justiça, confesso foram 14, todos ligados a denúncias desse tipo.

Foi preciso que aparecesse uma CPI nacional pôr as coisas às claras. Por onde tem passado a CPI tem deixado rastro de denúncias do que está acontecendo nessa área em todo o Brasil.

Quero dizer que estou feliz. A Assembléia em que pese todas as críticas pela formação ou não da CPI, pela demora de ter constituído uma CPI. A CPI está saindo no momento certo. Sempre dizia, como comissão não chegaremos a muitos lugares, as como CPI sim. Agora está provado. O trabalho que a comissão fez, o excelente relatório preparado por Vossa Excelência enaltece mais ainda esse Parlamento. Traz sugestões importantíssimas do que tem que ser mudado na área da segurança pública. A exemplo do que fazemos lá na comissão do governo, onde hoje pela manhã já começamos a elaborar o nosso relatório e amanhã vamos apresentar esse relatório para os demais membros. Com a presença da OAB, do Ministério Público e a Assembléia Legislativa o qual tenho a honra de representar.

Nesta semana marca o Legislativo e o Executivo as suas ações, com as medidas no estatuto da polícia civil. Mudanças na Corregedoria, no conselho da polícia, a na indicação de delegados de 1ª classe. mas que possa o delegado de 2ª ou de 3ª que está esperando uma promoção e isso só acontece com apadrinhamento político. Graças a Deus esse tempo passou.

Estamos escrevendo uma outra página na área de segurança pública do Estado do Paraná.

Parabenizo Vossa Excelência. Parabenizo o deputado Ângelo Vanhoni. Criticado muitas vezes e até cobrado por nós, mas tudo isso contribui para mostrar seriedade do trabalho que fizemos nessa comissão.

Parabéns a todos os membros dessa comissão.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o parte do nobre deputado Algaci Tulio, pelas palavras elogiosos. Concedo aparte primeiro para o nobre deputado Basílio Zanusso, segundo para o deputado José Maria Ferreira e em terceiro o deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Basílio Zanusso

Serei sucinto, mas apenas para discutir algumas palavras ao pensamento do aparte do ilustre deputado Algaci Tulio, para cumprimentar desse trabalho magnífico de difícil execução desta Comissão Especial, que não só tratou dos crimes do narcotráfico, do crime orga-

nizado, mas como se estendeu a tantos outros males que existem no Paraná.

Não poderia ser resultado desta Comissão Especial, que não só tratou dos crimes do narcotráfico, do crime organizado, mas como se estendeu a tantos outros males que existem no Paraná. Não poderia ser outro resultado desta Comissão já que os deputados que o integram são mais ilustres deputados desta Casa, exemplo a Vossa Excelência O Relator, o ilustre deputado Ângelo Vanhoni o presidente, o deputado Algaci Tulio o vice-presidente e o deputado Tiago Amorim, Caíto Quintana de tantos mandatos desta Casa, além de peemedebistas, o ilustre presidente José Maria Ferreira e também o deputado Alborghetti, que como o Algaci Tulio, conhece muito bem esta área, porque são homens de comunicação.

Foi um trabalho árduo, que normalmente os deputados não gostam de participar de comissão especialmente desse caráter e que é bom a divulgação que Vossa Excelência vai a tribuna, que não tinha necessidade de fazê-lo da tribuna. Poderia distribuir aos gabinetes dos deputados via imprensa para que o Paraná tivesse conhecimento dessa peça, sem que Vossa Excelência ficasse procedendo a leitura aí da tribuna.

Mas, valorizando esta Casa e é preciso que trabalhos como este venham novamente e, espero agora, com o surgimento das novas CPI's, mas especialmente da CPI do Narcotráfico, que Vossa Excelência integra, que relata agora esta peça, este relatório, vai servir de uma grande contribuição para a futura CPI que vai instalar aqui no Paraná e porque não dizer, da CPI Nacional.

Portanto resumo as minhas palavras ao cumprimentar todos os integrantes desta Comissão na pessoa de Vossa Excelência, parabenizando, dizendo que este Casa se enaltece com o trabalho com o qual Vossa Excelência vai a tribuna.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, nobre deputado Basílio Zanusso, pelas suas palavras. Este trabalho é fruto do esforço de todos os membros da Comissão. Fui a pessoa que colheu tudo aquilo que ouvimos e trabalhamos juntos e passou para o papel. Mas, não só é um trabalho do relator, mas de todos os membros com a participação decisiva do presidente Ângelo Vanhoni, que não mediu esforços, que como todos com mais frequência sofreu ameaças, mas em nenhum momento, nem ele e nem qualquer um dos membros se intimidou e o trabalho foi levado a frente.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Não poderia deixar de manifestar aqui em público e especialmente como membro da CEI, da dificuldade que tivemos, próprio, inerente da natureza desta comissão. Alguns instantes os próprios membros da Comissão temiam pelo resultado que pudéssemos apresentar e, Vossa Excelência com muita competência, com muito senso do dever ofereceu no encerramento desta CEI a

chave de ouro, um relatório que não só mostra as dificuldades, as mazelas da Polícia Civil do nosso Estado. Mas, mostra sobretudo o caminho, a luz para que se deva se guiar no sentido de buscar resolver parte dos problemas que temos e que a sociedade tanto clama.

Vossa Excelência está de parabéns pela peça que produziu. Uma peça que tenho certeza será norteadora para qualquer reforma que haverá de ser feita na Secretaria de Segurança Pública do nosso Estado e não poderia ser diferente. Orgulha esta Casa e orgulha os vossos companheiros que participaram desta Comissão. Quero ressaltar a figura sempre tolerante e sempre presente e muitas vezes, chamando para si todas as dificuldades que ocorreram, mas que, com competência e com senso de responsabilidade e maturidade sobretudo, nosso presidente Ângelo Vanhoni que conseguiu conduzir até o momento que chegou e produziu aquilo que muitos esperavam que esta casa não teria competência para fazer.

E Vossa Excelência nesta tarde, usando da tribuna do Grande Expediente, faz com sacrifício, mas com prazer, tenho certeza, a leitura deste relatório que é um dos melhores relatórios produzidos nos últimos seis anos nesta Casa.

Parabéns e me orgulho de ter participado como membro, desta Comissão Especial de Inquérito.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Obrigado deputado José Maria Ferreira, por suas palavras elogiosas a este relator mas, quero reafirmar que se conseguimos produzir o trabalho, foi fruto da integração que houve e do perfeito relacionamento entre os membros da comissão presidida pelo deputado Ângelo Vanhoni que, mesmo com as avessas que ocorreram, isso é normal em qualquer processo, as possíveis discussões dos diversos pontos de vista, mas o importante é que pudemos, junto com os senhores, sintetizar este trabalho, não só apontando as falhas como também, sugerindo os caminhos que deverão ser seguidos pelo sistema de segurança do nosso Estado.

Obrigado pelo aparte e concedo aparte ao conterrâneo, deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Fernando Ribas Carli gostaria de aproveitar esta Comissão Especial de Inquérito que foi criada na Assembléia Legislativa do Paraná. Estou aqui desde 1990. São nove anos que estou nesta casa e posso dizer que fico extremamente feliz e contente em ver que pessoas com a credibilidade que tem o deputado José Maria Ferreira, pensam exatamente como penso.

Acredito que o trabalho feito por esta Comissão não foi o mais importante dos últimos seis anos. Posso dizer, com tranquilidade que foi um dos trabalhos mais importantes feitos na Assembléia Legislativa do Paraná. Muitos dos deputados que dão apoio e sustentação ao governo Jaime Lerner fora, alvo de severas críticas nos últimos dias, através da imprensa, não só na capital do

Estado, mas principalmente da imprensa regional, que não tinham conhecimento do trabalho que estava sendo feito pela Comissão Especial da Assembléia Legislativa.

Eu mesmo, através da imprensa do município de Guarapuava, dizia que confiava plenamente na comissão que foi criada aqui na Assembléia, até porque esta Comissão estava sendo presidida por um dos deputados de maior credibilidade nesta Casa, que é o deputado Ângelo Vanhoni, que estava sendo relatada por Vossa Excelência e que tinha, na sua composição, deputados como José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Caíto Quintana, enfim, deputados de alta credibilidade e que realmente demonstraram que quando se quer, quando se tem vontade política, não há necessidade de se criar uma CPI, pode ser através da comissão sim, e fazer um brilhante trabalho. A maior demonstração, é através do trabalho que Vossa Excelência fez como relator, como o de deputado Caíto Quintana, como o presidente e todos os membros da comissão, graças a esse trabalho, todas as denúncias que foram encaminhadas à comissão, foram encaminhadas à CPI em Brasília. Graças à comissão, a CPI Nacional esteve aqui e graças ao trabalho de Vossas Excelências. É importante que haja esse reconhecimento.

Houve a queda do secretário de Segurança do Estado, a queda e a prisão decretada do delegado geral da Polícia Civil, a prisão decretada, de vários agentes e delegados, o afastamento de delegados, enfim, está comprovado que o importante não são siglas. Não é Comissão Parlamentar, não é Comissão Especial, o que importa realmente é vontade política, determinação de se fazer um brilhante trabalho.

Por isso, quero que fique registrado aqui os meus parabéns e o meu reconhecimento pelo trabalho que todos os membros da comissão prestaram. Quero também aqui enaltecer o trabalho e o posicionamento da Bancada da Situação do Governo, que teve a grandeza de dar a presidência um Deputado da Oposição, e mesmo momentos que foi extremamente injustiçada a Bancada da Situação, soube suportar essas críticas aguardando o relatório que Vossa Excelência iria apresentar e que apresenta com brilhantismo.

Tivemos a grandeza sim, de escolher o deputado Ângelo Vanhoni, mesmo sendo deputado de um Partido minoritário na Casa, porque queríamos realmente que as coisas fossem apuradas no Estado do Paraná, e graças a isso estamos hoje felizes, contentes, nos sentindo todos nós com o dever cumprido, e esperamos que a CPI desenvolva o mesmo trabalho que a Comissão Especial desenvolveu ao longo dos últimos dias.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o nobre deputado Cezar Silvestri, e faço minhas as suas palavras quando solicita que a imprensa, principalmente a imprensa regional dizia a respeito da nossa comissão, dos trabalhos, enfim, tentando não diminuir, tentando até descaracterizar o trabalho que estava sendo desenvolvido pela nossa Comissão Especial

de Investigação, tendo em vista que não era uma CPI, o senhor colocou muito bem quando faz a afirmação de que não é uma sigla que vai determinar o ritmo, a qualidade do trabalho, e sim, a vontade, a determinação política de cada um.

Concedo o aparte ao nobre deputado, presidente da nossa comissão, com que tive a honra e a felicidade e a alegria de trabalhar nesses últimos 4 meses, deputado Ângelo Vanhoni, presidente da nossa Comissão Especial de Investigação.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Ribas Carli, e caros colegas deputados da Assembléia Legislativa, hoje é como se fosse, talvez parecesse que fosse o final de um processo. Mas, sabemos que não é o final de um processo mesmo porque a Assembléia instala hoje e amanhã, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que continua os trabalhos.

Mas a Comissão Especial do qual, eu, Vossa Excelência, deputados Algaci, Tiago, Alborghetti, Caíto Quintana e José Maria, fizemos parte, acho que temos que agradecer ao apoio do conjunto da Assembléia. Todos sabíamos e desde a primeira reunião que fizemos, desde o primeiro envolvimento de qualquer problema do crime organizado, começamos a esbarrar com coisas que estão nas profundezas da sociedade, de qualquer sociedade, e hoje o trabalho que a CPI Nacional faz com todos os problemas, com todos os defeitos, eu sempre sou daqueles que digo o seguinte: cada um de nós é o conjunto de suas virtudes e o conjunto dos seus defeitos, isto também vale para as nossas instituições. A CPI Nacional muitas vezes é criticada por excessos do ponto de vista jurídico, do ponto de vista político, do ponto de vista da vaidade pessoal de cada um, mas o benefício que está trazendo para o povo brasileiro inteiro demonstrando que no território nacional, o crime organizado se enraizou, é algo que não podemos deixar de encarar daqui para a frente, não será apenas como o sociólogo que o deputado Algaci Tulio trouxe para ilustrar, apenas a constatação, daqui para a frente a classe política, o governo, a sociedade tematiza a questão da segurança pública como uma questão prioritária das suas atividades, não há como fugir mais disso. E as cobranças nas autoridades serão cada vez maiores.

Acho que de tudo que fizemos, de tudo que a CPI Nacional trouxe, há coisas espetaculares, prendeu um delegado, um investigador, o secretário deixou a Pasta, que são na realidade, espetáculos, são coisas que de certa maneira impactam a consciência da sociedade, mas acho que o cerne, aquilo que é fundamental que a gente se atenha que a CPI, que este momento trouxe todo para nós aqui, na minha opinião é o seguinte: a Assembléia Legislativa, o Ministério Público, o Poder Executivo e o Poder Judiciário tem que fazer uma profunda reflexão sobre a segurança pública, não só no nosso Estado, mas no território brasileiro. E o seu relatório aponta para isso, quando coloca as questões teóricas de fundo, como a questão do inquérito,

como as questões da polícia judiciária, da unificação das polícias, que são questões teóricas mas dizem respeito a segurança, a vida e a produção de justiça no dia-a-dia de cada um dos cidadãos paranaenses e brasileiros.

Por isso acho que Vossa Excelência está de parabéns. E nós, enquanto comissão, só temos uma coisa a agradecer: o apoio que recebemos da Assembléia Legislativa, de cada deputado. E problemas? Problemas, passamos por inúmeros. Recebemos o apoio não só da Comissão Executiva, mas recebemos, mesmo com crítica, mas sabíamos que estas críticas eram até um limite. No fundo, o apoio para a comissão estava dado e respaldado pelo conjunto da Assembléia. Esta sensação de segurança acho que perspassou por cada um dos representantes desta comissão.

Por isso, parabenizo Vossa Excelência que soube retratar com clareza, com lucidez todos estes debates que aconteceram nestes últimos cinco meses, debates internos entre nós, aquilo que conversamos com juristas, com delegados de polícia, da Polícia Federal.

Antes de terminar minha fala, gostaria de fazer uma homenagem ao povo do Paraná, ao nosso Estado, a este governo que está aqui, aos governos que passaram, e homenagem aos governos que virão. É uma homenagem à Polícia Militar do Estado do Paraná, porque nestes últimos cinco meses eu nunca tinha entrado em nenhuma Delegacia de Polícia, a não ser quando fui preso na polícia federal. Não há inquérito, não se assustem. Não há inquérito, mas fui preso na polícia federal, há muitos anos atrás, por crime político. E fui solto porque o processo foi arquivado, porque era crime político por ser do PT e estas coisas todas. Sobre drogas, não há processo. Sobre roubo, não há processo. Carro roubado, também não há processo. Precisa ser feita uma homenagem à Polícia Militar, uma instituição de 176 anos. Eu, Vossa Excelência, deputado Ribas Carli, o Alborghetti, o Algaci, o Tiago, rodamos o Paraná em alguns lugares e entramos em contato com milhares de pessoas: advogados trabalhistas, presos, delegados e investigadores de polícia, uns para criticar, outros para ajudar a investigação passando informação, gente de toda espécie, empresários. Tem que ser feita uma homenagem, porque esta Corporação tem mais de 20 mil homens e não há um único oficial de grande patente envolvido com o crime organizado. Um único. E isto se deve aos homens que estão comandando esta instituição e aos governos que passaram, que souberam prestigiar esta instituição que se chama Polícia Militar!

Não se trata de fazer uma homenagem para querer, neste momento, ainda, fazendo comparação à Polícia Civil, que passa por uma crise profunda e precisa ser reestruturada. E as causas da Polícia Civil, no meu entendimento, não estão no caráter, apenas, de cada policial, que pode de um momento para outro, querer enveredar para uma atitude ilegal e ilícita. As causas do problema da Polícia Civil não estão, também, nos possí-

mos salários que recebem ou da falta de estrutura: de carros, etc. O problema da Polícia Civil está na questão estrutural de polícia judiciária, que Vossa Excelência abordou com sabedoria no nosso relatório. É este o principal problema, que precisamos abrir à discussão da sociedade.

Em contrapartida, precisamos deixar claro que a Polícia Militar merece, do conjunto dos paranaenses, o mais forte abraço e as mais altas homenagens, tem problemas aqui, ali, como em todas as instituições existem. Mas, no crime organizado a Polícia Militar não está envolvida. E isto nos deixa com orgulho de sermos paranaenses, de podermos vislumbrar que as coisas podem evoluir para uma outra situação, onde o povo do Paraná tenha mais segurança e nós não constituamos uma sociedade onde o medo impera.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa solicita ao deputado Ribas Carli que encerre seu pronunciamento, até porque ultrapassamos em muito o tempo.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Quero agradecer o aparte do nobre deputado Ângelo Vanhoni, presidente, e solicitar à Mesa, o deputado Alborghetti, membro da comissão também gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O deputado Alborghetti poderá fazer uso da palavra no Horário da Liderança do Partido, até porque temos que concluir. Vossa Excelência usou o Grande Expediente por duas horas.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço a sua benevolência e tenho certeza que se assim o senhor procedeu foi no sentido de fazer com que esta Casa pudesse levar a todos os rincões do nosso estado o trabalho que foi desenvolvido por membros desta Casa e os verdadeiros representantes do povo paranaense.

Concluo a apresentação deste relatório, senhor presidente, mais uma vez agradecendo a esta Casa, ao senhor, a Mesa Diretiva, a todos os deputados que nos ajudaram e um agradecimento especial aos membros da nossa comissão que juntos pudemos trabalhar nestes 4, 5 meses, pudemos nos conhecer, mas o que é mais importante é que pudemos apresentar um trabalho que tenho certeza gerará um bom fruto para toda a sociedade paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência recebe o relatório das mãos da Relatoria da Comissão Especial de Investigação e faz coro a todas as vozes que se levantaram aqui cumprimentando a todos os deputados, membros integrantes

desta Comissão Especial de Investigação e imediatamente passará às mãos dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito a ser constituída o mais rápido possível.

De forma que cumprimento a todos na pessoa do relator e do presidente Ângelo Vanhoni, uma demonstração viva de que esta comissão não acabou nem em laranja e nem em pizza. E tenho a certeza que as outras ao terminarem no seu prazo legal serão homenageadas por todos nós de igual maneira.

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PSL, PST, PTB, PSB, PSDB, PMDB.

(Declinam)

PFL com a palavra. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só queria dizer ao deputado Ribas Carli, ao presidente Ângelo Vanhoni, ao deputado Algaci Tulio, deputado José Maria, ausente, estivemos reunidos onde eu, o deputado Algaci, deputado Fernando Ribas Carli trocávamos idéias com o Ministério Público, com o doutor Joel Coimbra, com os representantes do governo sentíamos ali a responsabilidade e a coragem do governador Jaime Lerner de tomar uma atitude enérgica no combate a violência que bateu às portas não só do meu Estado, mas de toda a Nação brasileira, que é o combate ao narcotráfico. Durante 16 anos da minha vida estive neste Parlamento, durante 20 anos também como vereador passei a minha vida inteira batendo no narcotráfico, batendo no traficante da gravata, aquele que realmente está por trás do pequeno traficante, como foi preso neste final de semana na Capital do Estado, dois jovens de dezoito anos presos, a família vai lá para comprar a polícia, todos detidos. E eu me perguntava, e perguntava ao delegado, não adianta prender o dependente, o dependente precisa de tratamento. Precisamos sim prender aquele que veio corromper, mas prender acima de tudo o grande traficante, aquele que está por trás. Como fez hoje a Polícia Federal, pendeu 170 quilos de cocaína que saiu do Paraguai e estava se dirigindo ao Porto de Santos. A Polícia Federal apreendeu no navio, que saía para fora do meu país, com 170 quilos de cocaína. Então, isto é importante deputado Ribas Carli.

Durante esses vinte anos da minha vida derramei lágrimas de sangue, chorei para salvar os meus filhos, salvei, lutei com todas as forças da minha alma para prender dois traficantes poderosos do Paraná, e paguei caro, fui citado na CPI, não eu, citado os meus filhos para respingar em mim. Mas a minha consciência continua de pé, não gosto do crime organizado, não gosto de bandido, e ninguém vai calar a minha boca como homem de televisão ou como parlamentar. Cinquenta mil famílias me trouxeram a esta Casa mais uma vez e aqui jamais irei decepcionar os senhores deputados, ou a Mesa desta Casa, que com muito orgulho votei no senhor presidente,

que com muito orgulho sou comandado pelo líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, pelo deputado Plauto, e por todos os senhores da Oposição.

Quero deixar registrado nesta Casa, com o coração feliz, ao presidente Ângelo Vanhoni que em nenhum momento faltou com a verdade comigo. Sempre soube que Vossa Excelência tinha um coração maravilhoso, e Vossa Excelência não sabia que iriam preparar esse respingo contra a minha pessoa, contra o meu irmão, de fé, meu amigo, camarada, Neivo Beraldin, Vossa Excelência ficou ao meu lado e me disse várias vezes: “Você tem o meu irrestrito apoio, a minha solidariedade, porque além de ser meu amigo durante anos, você, Alborghetti, vem combatendo o narcotráfico nesta Casa”. Que Deus abençoe a sua alma Neivo e alma da sua família. Quero dizer a Vossa Excelência, deputado José Maria Ferreira, quero dizer ao deputado Algaci, ao deputado Tiago, ao deputado Caíto Quintana e ao deputado Fernando Ribas Carli, foi um trabalho sério, não houve brincadeira; houve alguns desencontros, mas depois foram todos sanados porque senti na carne aquilo que passei na minha vida durante vinte anos passou o deputado Ângelo Vanhoni. Mas graças a ajuda deste Parlamento, do Senador Álvaro Dias, do Jornalista Fábio Campana, de tantos amigos que aqui tive, que me ajudaram, o deputado Luiz Carlos Zuk que chorava comigo a minha dor e abria a sua alma, que da seqüela de um filho trouxe a seqüela ao meu neto, e Vossa Excelência compartilha do meu sofrimento. Quero dizer de coração aberto a esse Parlamento e a quem quer que seja, precisamos - como disse o deputado Algaci, o líder do meu governo e Vossa Excelência, senhor presidente - injetar no Ministério Público do meu Estado, é ele que está fazendo a verdadeira CPI do Estado do Paraná e injetar na gloriosa Polícia Militar do Paraná e injetar também na nossa Polícia Civil, porque não injetar no Poder Judiciário. E injetar um beijo na alma e a minha solidariedade ao melhor parlamento do Brasil, que é presidido por Vossa Excelência deputado Nelson Justus, que é esse parlamento do Estado do Paraná.

Felicidades a todos os senhores e um beijo na alma do deputado Fernando Ribas Carli e a toda essa comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, apenas e tão somente, para manifestar a posição do PMDB em relação ao relatório, hoje, apresentado da Comissão Especial de Investigação, que versou sobre o narcotráfico. Não tínhamos conhecimento do relatório, senhor presidente, e naturalmente não podemos emitir uma opinião sobre o seu conteúdo. De posse do documento, nós, deputados do PMDB iremos analisá-lo para podermos emitir uma opinião, se ele traduz o sentimento do povo do Paraná e

a expectativa, que nós deputados possuímos em relação aos trabalhos que a Comissão Especial de Investigação desenvolveu.

Por isso, para não ser injusto, para não falar demais e nem de menos, o PMDB fará uma análise detalhada e emitirá a sua opinião, futuramente, em relação ao parecer emitido pela Comissão Especial de Investigação instalada, aqui, na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL; PT; PDT; Liderança da Oposição.

Liderança do Governo. Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, vou fazer, aqui, por alguns minutos, uma reflexão do que vem acontecendo nesta Casa, nos últimos dias. Fui componente de uma bancada de Oposição, nesta Casa - fizemos oposição nesta Casa. Divergimos, aqui, das pessoas que faziam parte do governo nesta Casa, mas em nenhum momento usamos de artifícios, que não contribuem em nada com o crescimento dessa Casa.

Senhor presidente, em nome da Bancada que lidero nesta Casa, peço a Vossa Excelência, se é que é de direito deste parlamentar, que não aconteça mais nesta Casa o que aconteceu nos últimos dias. O senhor já imaginou, se quanto tínhamos, aqui, no governo anterior às denúncias das ovelhas, tivéssemos chegado nesta Casa com uma caminhonete carregada de ovelhas e largado dentro desse plenário ou levado para a imprensa - o senhor já pensou, senhor presidente, no momento em que o ex-deputado Mário Barbosa Bezerra queria instalar, nesta Casa, uma CPI dos helicópteros e não conseguimos, tivéssemos trazido aqui milhares de pequenos helicópteros, carregados com uma pequena bateria e soltá-los, aqui, dentro desta Casa. Ora, meus amigos, senhores parlamentares, se somos ridicularizados, na rua, é porque merecemos, não nos damos o respeito!

Se fizermos um levantamento da opinião pública, é uma vergonha a aprovação do Legislativo! Quero deixar aqui externado aos componentes da Oposição, tenho o mais profundo respeito a todos, tenho por deputados de Oposição aqui, uma verdadeira admiração pelo seu caráter, mas quero repudiar aqui, veementemente, essas atitudes que vêm acontecendo, nesta Casa.

Senhor presidente, senhores deputados, se permanecer este estado de acontecimentos, aqui nesta Casa, estamos pedindo, em nome dessa Casa, para que a população reconheça trabalhos como este da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico, se continuar este tipo de atitudes, não sei qual será o nosso procedimento, mas, certamente terei que reunir a Bancada, que lideramos e teremos que tomar atitudes.

Trazer ovelhas é se igualar as atitudes, não gostaria de fazer uso deste vocábulo, desta atitude que ficaria, não sei se medíocre, grotesca ou desqualificada para o

momento que estamos vivendo, ou seria a assinatura da incompetência ao trazer este bolo, nesta Casa. Se estamos entregando, oferecendo, há mais de um ano e meio, eles estão errados até na data, até o calendário está errado! Há mais de um ano e meio estamos, aqui desta tribuna, senhor presidente, colocando toda documentação para ser investigada, na Secretaria de Transportes, com a comemoração de um ano, um ano e meio, um ano e dois meses, poderia vir aqui um relatório de uma investigação feita em cima desses documentos. Aí sim, poderíamos refletir sobre a questão!

Assistia a leitura do relatório da CI, aqui, pelo deputado Ribas Carli, e vi aqui quem eram os parlamentares que prestavam atenção e quem é que não prestava atenção no relatório! Aqueles que esbravejam a necessidade de CPI's, nesta Casa, vi alguns ouvindo, com atenção e atentamente, com todo respeito, alguns. Outros desapareceram ou faziam rodinhas e não ouviam o relatório de uma CI, tão importante que foi para o Paraná, no que aconteceu na Segurança Pública, deste Estado.

Então, senhor presidente, não gostaria de ter feito esse pronunciamento, vou dar o aparte ao deputado Beraldin, vou encerrar o meu pronunciamento, gostaria que nenhum parlamentar levasse como pessoal esta posição mas eu, como membro de uma Bancada, jamais posso aceitar, jamais poderemos aceitar, calados! Se não queremos baixar o nível, pelo menos teremos que fazer uso da tribuna, para demonstrar, aqui, que estas atitudes não são as atitudes que nós, quando éramos Oposição, tínhamos com a Situação! Jamais tivemos estas atitudes e jamais teremos! Porque poderíamos, amanhã mesmo, chegarmos aqui com uma centena de helicópteros, com uma dezena de ovelhas e fazermos chacota desta Casa!

Certamente Vossa Excelência não iria permitir que isso acontecesse, certamente Vossa Excelência faria valer a sua autoridade. Por isso peço que faça valer a sua autoridade em cima da Oposição. Não somos moleques travessos para estar aqui assistindo o que poderia chamar de irresponsabilidade.

Em nome dessa Casa, dos 54 parlamentares, em nome dos homens sérios desta Casa, dos parlamentares que querem mostrar o seu trabalho ao povo paranaense, aos homens que querem andar nas ruas e não se sentirem envergonhados de se sentirem deputados. Porque ando pelo Paraná inteiro e não tenho vergonha de dizer que sou deputado. As minhas posições aqui são claras, sempre mantive a minha ética, sempre respeitei os meus adversários, por mais duras que fossem as palavras. Mas não podemos permitir a balbúrdia nesta Casa. Quero deixar claro a posição da Bancada do Governo jamais tomaremos esse tipo de atitude, porque estamos acima de tudo isso.

Concedo um aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Tenho observado os discursos inflamados das duas tribunas. Não podemos fazer aqui um palanque eleitoral,

porque fomos eleito para legislar em favor do povo do Paraná.

Deveríamos pensar em uma alternativa para fazer com que a Assembléia se inserisse no contexto produtivo do Estado.

O senhor habilita no setor da madeira, se tivéssemos uma câmara que cuidasse do setor da madeira para ser o elo de ligação do setor do algodão, do açúcar, do álcool que gera trezentos mil empregos e que precisa de um elo de ligação com o governo do Estado e com o governo federal. Ser o elo no setor produtivo no Estado. Temos que definir as funções dois ou três deputados vivem no dia-a-dia para se reunir com o setor organizado, produtivo e trazer essa contribuição. É uma contribuição muito além do que aquela do debate, da ofensa, da questão partidária.

Sugiro para as duas partes, vamos ser todos produtivos, porque fazemos parte de um estado com pessoas produtivas, de pessoas que querem produzir e crescer. O nosso Estado só tem dado exemplo. E temos que ser o exemplo, porque somos eleitos exatamente para isso.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte.

Concluo senhor presidente, dizendo de que saio daqui hoje, além de entristecido, empobrecido pela falta de criatividade. Poderíamos estar aqui, sim, discutindo a CPI do Pedágio, em cima de fatos e documentos, poderíamos estar discutindo aqui se o Programa das Vilas Rurais está certo ou está errado. Quem concorda? Quem discorda? Os programas do governador Jaime Lerner, quem concorda ou quem discorda? Mas, jamais usarmos desse artifício.

Nós que fazemos parte da base de sustentação do governo podem ter certeza, não virá para esta Casa, ovelhas, helicópteros, bandejas frias, para significar diárias frias, nada disso virá a esta Casa. Traremos aqui sim, idéias, críticas, e as nossas opiniões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Na última quinta-feira aqui travei um debate com o deputado Irineu Colombo, não me foi concedido a palavra, porque o último a falar foi o deputado Irineu com a Liderança das Oposições. Respeitei a posição do deputado que exercia a presidência, o deputado José Maria Ferreira, mas quero dizer que tenho certeza que o pronunciamento do deputado Irineu vai ser no objetivo de encontrarmos um caminho de uma agenda positiva para esta Casa, para nos enaltecer nesta casa, e abro mão dessa prerrogativa e gostaria que Vossa excelência, concedesse a palavra novamente por último ao líder das Oposições.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, o senhor me deixou numa situação bastante constrangedora, porque exatamente, iria confirmar com a Vossa Excelência senhor presidente que isso aconteceu realmente na última sessão. Não me lembro quem estava na ordem de falar, mas abro mão da fala e com mais tranquilidade explicamos amanhã para a Presidência da Casa o ato, que em momento nenhum quisermos e não interferimos no bom andamento dos trabalhos da Casa.

É claro que nos fizemos ausentar, mas justifico amanhã, senhor presidente, tendo em vista inclusive esta Questão de Ordem, correta que o deputado Rossoni levanta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem por reiteradas vezes buscado chamar a atenção dos companheiros dessa Casa, para o binômio, equilíbrio e bom senso.

Não resta a menor dúvida que o debate tem que existir, o contraditório mais ainda, mas acima de tudo o respeito. Não vou tolerar de maneira nenhuma alguns exageros que possam, imacular a imagem desta maneira, e que possam tirar uma sessão do seu ritmo.

Tenho procurado ser o mais imparcial possível e não fica bem convenhamos a esta Presidência chamar a atenção deste ou daquele deputado, até porque ninguém chegou aqui por herança ou por nomeação ou qualquer coisa parecida. Não me agrada e não gostaria de fazê-lo.

Alguém um dia desses já me chamou pela imprensa de que eu seria um “bedel de faculdade” e às vezes, nos meus bons tempos de professor e, fui um professor muito rígido me fazem voltar ao passado.

Não gostaria disso de maneira nenhuma, até porque a liberdade de expressão, de opinião tem sido a tônica nesta Casa e não vai mudar. Agora, convenhamos, não acrescentou nada, não revelou nada nem ninguém.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, indicando o nome dos senhores deputados que farão parte das Comissões Parlamentares de Inquérito, aprovadas por esta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Ademir Traiano, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos senhores deputados que deverão compor as Comissões Parlamentares de Inquéritos, criadas por esta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando o senhor deputado Edson Strapass

son, para compor a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 541-A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos senhores deputados Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Basílio Zanusso e demais senhores deputados, constante do expediente, visando resguardar e proteger os padrões elevados da moralidade, necessários aos prestígios de seus mandatos, e o respeito à dignidade da Assembléia Legislativa do Paraná, como instituição e Poder do Estado, com base no artigo 128, do Regimento Interno, requerem da douta Mesa Executiva as medidas regimentais cabíveis para que a Assembléia se manifeste quanto a questão. **Preenchido o que preceitua o artigo 128 e seus parágrafos, encaminho a presente "Indicação" à Comissão de Constituição e Justiça.**

Relatório final da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, subscrito pelos componentes da comissão, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão Parlamentar de Inquérito referente ao narcotráfico e o crime organizado no Estado do Paraná.**

Projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni e demais senhores deputados, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Ricardo Maia e Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Parafraseando o finado deputado Anibal Khury, nosso deputado, o primeiro projeto que Vossa Excelência leu não ficou bem claro. O que é que era? É sobre a CPI do Narcotráfico?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um projeto de resolução da CPI do Narcotráfico. É evidente que, apoiado, vai à CCJ.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O deputado Nereu Moura fez uma interpelação à Presidência e eu estava conversando com o deputado Algaci e acabei não conhecendo o teor completo. É um projeto de resolução sobre a CPI do Narcotráfico?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um projeto de resolução que cria, no âmbito do Poder Legislativo uma CPI composta por sete membros e com prazo de duração de 120 dias, para investigar o narcotráfico, o roubo de cargas, e roubo e desmanche de veículos, lavagem de dinheiro, de conformidade com o artigo...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Como projeto de resolução.

Não tem nada a ver com o requerimento que já foi apensado à Mesa, com as assinaturas, para criar, não?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não.

Passaremos à apreciação de matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir "Programa de Parcerias", destinado a receber, em doação, obras da iniciativa privada. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 090/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber, em doação, no âmbito da Secretaria de Estado dos Transportes, obras e serviços destinados à construção de passarelas ou trincheiras para pedestres, nas rodovias estaduais, ou mesmo nas de caráter federal que esteja sob a responsabilidade do Estado do Paraná.

Art. 2º - Em contrapartida, fica o Estado autorizado a conceder estímulos fiscais, que serão oferecidos mediante bônus, no valor de até 40% (quarenta por cento) do total investido, devendo ser usados, parceladamente, como créditos de dívidas oriundas de tributos estaduais, a

partir de 2º (segundo) ano de conclusão total da obra em até 24 (vinte e quatro) parcelas, conforme determinar o Poder Executivo.

Parágrafo Único- Ao responsável pela construção ficará assegurado o uso de espaços de publicidade nas obras respectivas, vedada a de caráter de tabagismo ou alcoolismo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 538/99, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Ágide Meneghette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 064/2000, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio, da Polícia Militar do Estado, imóvel situado no município de Piraquara. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 076/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2000, que autoriza abertura de crédito especial ao orçamento geral do Estado, no valor de R\$315.734,00 (trezentos e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais). **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada a Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 216/99.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que cria o Pólo de Turismo Rural do Norte do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Beraldin, Divanir Braz Palma, Augustinho Zucchi e Elio Rusch, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 612/99

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01

Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 612/99, suprime o artigo 2º, numera o § 1º como artigo 2º, e, suprime a expressão “revogadas as disposições em contrário” do artigo 3º, conforme redação a seguir:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Turismo “Café no Bule”, nas zonas rurais dos municípios de Cambé, Rolândia e Arapongas.

Art. 2º - Para efeito de incentivos fiscais, de crédito e de infra-estrutura, o pólo turístico exclui as zonas urbanas dos municípios citados neste artigo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Beraldin, Divanir Braz Palma, Augustinho Zucchi, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a proposição determina providências de natureza administrativa cuja função é, por força constitucional, poder - dever da Administração Pública e que, em decorrência, a competência para iniciar o processo legislativo de tais matérias e também, por força constitucional, exclusiva do chefe do Poder Executivo, impõem-se as alterações constantes no presente substitutivo.

O projeto volta à C.C.J..

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, no município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/2000, de autoria do deputado Beraldin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado ao senador Osmar Fernandes Dias. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, com sede no município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2000, de autoria do deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Médicos de Cristo, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela Ordem, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, deputado Nereu Moura, pediu Pela Ordem para falar sobre o assunto, deputado Ângelo Vanhoni, e agora falando como nosso 2º vice-presidente, na verdade aquele projeto de resolução foi um equívoco, foi protocolado um outro projeto que estava preparado mas devia ser um projeto de resolução para a CPI do Pedágio. Então, requeiro a Vossa Excelência se há possibilidade regimental, para que seja imediatamente devolvido ao autor, se não me engano sou um dos que assinam o projeto, para que possamos arrumar, houve uma falha, um equívoco nosso, por isso que gerou esse debate, porque todos nós estávamos esperando a leitura de uma outra CPI.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Confesso que estranhei bastante também, mas acho que o bolo que vocês comeram devia estar envenenado com alguma coisa.

Esta Presidência recebe indicações dos Partidos para os membros das CPI's, como esta Presidência faz às terças-feiras e instala essas CPI's. Os deputados líderes dos Partidos devem estar fazendo as indicações.

De igual maneira esta Presidência lembra que a partir de hoje considera a inscrição para a vaga de consel-

heiro do Tribunal de Contas já considerando a inscrição do deputado Basílio Zanusso e do deputado Heinz Herwig.

Sobre a mesa, Requerimento nº 469, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 495, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 496 e 497, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 500 a 503 e 514, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 505 a 507, 518 e 538, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 539, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 508, 509 e 532 a 534, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 510, 511 e 536, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 513, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 515, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Basílio Zanusso e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 519, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 498 e 520 a 523, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 524, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 526, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, com apoio do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 527 e 528, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 530, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 517, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Apro-**

vado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 480, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoio dos senhores deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Péricles Mello e Edgar Bueno, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

São dois secretários, o senhor Segismundo e o senhor Davi Campos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Farei o encaminhamento dos dois porque é matéria pertinente, por conta de que temos informações num dossiê que estamos preparando, de que passaram efetivamente pela Secretaria de Esporte e Turismo, nas auditorias e conferências do Tribunal de Contas, 20 milhões de reais, com os gastos de jogos, que passou pela Secretaria. E mais de 60 milhões que passariam pelo comitê. E este comitê tinha como coordenadora no início dos jogos, Ilana Lerner, filha do governador Jaime Lerner, que é casada com Cláudio Hoffmann, que é sócio da Empresa Reds, que é uma empresa que ganhou juntamente com outras, uma grande fatia dos recursos que eram destinados à veiculação de propaganda. Também uma empresa de consultoria espanhola que teve a idéia de preparar uma olimpíada da natureza, e esta idéia foi comprada pelo governo do Estado do Paraná e não pagou a esta empresa espanhola pela consultoria. Empresa, inclusive, responsável pelo projeto que depois foi levado para Itaipu Binacional, com relação ao parque de Itaipu, onde teríamos uma subida artificial para piracema, transpondo do Rio Paraná para o Lago de Itaipu. E foi esta mesma empresa que pediu para parar com as obras e o dinheiro foi enterrado ali e parou com estas obras. Conversei, inclusive, com o presidente Euclides Scalco, na última sexta-feira e há, realmente, um questionamento com relação a Itaipu Binacional e o governo do Estado. Enfim, há várias questões. Há um processo no Itamaraty que a empresa espanhola cobra o governador do Estado com recursos da ordem de aproximadamente dois milhões que estão faltando, há problemas com hotéis que não receberam o dinheiro das hospedagens das pessoas que faziam wind surf, golf e tantos outros esportes tão corriqueiros no Estado do Paraná, enfim, temos uma nuvem negra que paira sobre a prestação de contas, inclusive dos jogos mundiais da natureza, que envolve sobretudo a questão de comunicação, porque nós sabemos como é que funciona os esquemas de comunicação que era determinado pelo comitê, mas tinha as cotas que saíam pelas Secretarias, coordenado pela Secretaria de Comunicação.

E também gostaríamos de ter a informação se o secretário de Esporte e Turismo tem documentos sobre os jogos mundiais da natureza, tem ou não tem? E se esta

pasta tinha responsabilidade ou não? Ou era o comitê absolutamente autônomo, podia gastar do jeito que lhe aprouvesse, coordenado pela filha do governador?

Então, a convocação se faz necessária tendo em vista todas estas denúncias trazidas pelos jornais e pelas informações que nós temos, que estamos coletando, com nomes de pessoas, local que trabalharam, documentos que assinaram que comprovam que um determinado volume de dinheiro saiu da Secretaria e que chegou lá foi bem maior o volume, uma diferença pelo menos 65 milhões de reais está faltando para o governo explicar à sociedade paranaense.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento que convoca o secretário de Esporte e Turismo. Deputados que aprovam queiram levantar-se. **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 479, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoio dos senhores deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Péricles Mello e Edgar Bueno, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Dezesesseis deputados rejeitam o requerimento.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se

Não há quórum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VETO APOSTO - ao Projeto de Lei nº 413/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 354, 540/99 e 061/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2000.

“CPI’s laranjas”

Jornal O Estado do Paraná

Foi golpe da situação ou incontida vontade de trabalhar? Por que de repente, a Assembléia Legislativa do Estado cria cinco comissões parlamentares de inquérito, entupindo as disposições regimentais que permitem a instalação desse instrumento do Legislativo? Cinco no máximo, diz o regimento. E, ao criar as cinco, impede que outras, pretendidas pela minoria, possam ser instaladas e funcionar.

Forças situacionistas usaram inusitado expediente de obstrução. Decidiram multiplicar para complicar, criando as comissões parlamentares de inquérito laranjas, cujo único objetivo é impedir que comissões para valer se formem e investiguem ações e omissões do governo que podem valer-lhe perda de prestígio.

O golpe, engendrado pela madrugada, frustra as oposições, que desejavam ver o governo sentar-se no banco dos réus em investigações sobre o pedágio, o narcotráfico e tantos outros temas que servem de pretexto para a constituição de CPI’s.

Não somos contra as CPI’s nem poderíamos ser, na medida em que signifiquem instrumentos capazes de investigar o que se oculta no poder ou por detrás dele, muitas vezes de forma criminoso ou danosa para os interesses públicos. Mas vamos reconhecer que esse negócio de CPI’s em penca está desmoralizando essa arma parlamentar. Um velho ditado popular diz que “quem quer fazer, faz; e quem não quer, faz uma comissão”.

A facilidade com que se vêm falando em CPI’s e as criando nas nossas casas legislativas, seja como manobra obstrucionista - como agora-, ou como abertura de panos de boca em palcos onde querem se exibir alguns políticos e politiquinhos, além de desmoralizar esse instituto, demonstra que os legisladores deixam de fazer o trabalho de todos os dias ou o fazem com demasiado desleixo.

As investigações que propõem sejam feitas via CPI’s, muitas vezes poderiam ser feitas no dia a dia da atividade parlamentar, dispensando-se a constituição de comissões especiais e manobras, como a da criação de CPI’s laranjas.

Um deputado (se bom deputado!) tem por obrigação batalhar sobre problemas, como os preços do pedágio, o tráfico de entorpecentes e o envolvimento de policiais com criminosos, o roubo de cargas, a corrupção e o que mais venha agora abonando a idéia de constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito.

A atividade parlamentar não pode restringir-se só a amenidades, como discursos elogiosos aos poderosos do dia ou propostas de concessão de títulos de cidadania honorária.

Que não se frustrem os que desejam CPI’s sérias e se viram impedidos de criá-las pela manobra regimental de plantação de comissões laranjas. Mesmo sem CPI’s, é possível investigar e denunciar, talvez sem tantos holofotes, mas de forma igualmente eficiente.”

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2000.

“A Carta de Curitiba”

Documento produzido pelo Colégio dos Corregedores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal

O Colégio dos Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal, reunido em Curitiba capital do Estado do Paraná, nos dias 23 e 24 de março deste ano, em face da realidade nacional, proclama que:

1 - A par da necessidade “Imperiosa” de efetiva atuação das Corregedorias-Gerais da Justiça, é momento de ser valorizado o magistrado, tornando público que os seus predicamentos constitucionais não se constituem em privilégios, mas sim garantia dos direitos fundamentais do cidadão e expressão da soberania nacional;

2 - A portaria inaugural, no Processo Administrativo Disciplinar, no qual o interrogatório é ato inafastável instaurado em face de serventuários e funcionários do Poder Judiciário, interrompe o prazo prescricional;

3 - É urgente e necessária a reestruturação do sistema penitenciário nacional, mediante política programada, que proporciona equilíbrio entre os estabelecimentos penais fechados, semi-abertos e abertos;

4 - Prioritária é a reordenação do sistema penal, com participação dos magistrados na fase pré-legislativa, a partir da qual haverá possibilidade de reforma abrangente do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, diplomas inadequados para dar efetividade à Justiça Criminal;

5 - Que enquanto não implementada essa reformulação geral, sejam incrementadas as penas restritivas de direito, notadamente a pena de prestação de serviços à comunidade, as quais, a curto prazo, mostram-se de operacionalidade imediata, desde que sejam adotadas algumas medidas corretivas;

6 - Indispensável é a assistência ao egresso, inclusive na hipótese de livramento condicional, diante da absoluta inexistência de política e mecanismos para tal finalidade, máxima para aqueles desprovidos de vínculo na sociedade e na família;

7 - Ser decisivo para verificação de reincidência, bem como dos antecedentes do acusado, a criação de rol

de culpados centralizado e interligado com as Corregedorias-Gerais de Justiça possibilitando imediato acesso do Juiz, proporcionando articulação e adequada transparência aos operadores técnicos da matéria;

8 - Apoiar o Cadastro Nacional de Armas, que se constitui em instrumento eficaz no rol de providências essenciais ao combate da criminalidade;

9 - A necessidade de irrestrito cumprimento da gratuidade do registro de nascimento e óbito, com ênfase à conveniência de permanentes campanhas para êxito desse relevante objetivo da cidadania, sendo essencial o exame de alternativa capaz de assegurar o regular funcionamento daquele serviço.

Curitiba, 24 de março de 2000.

(aa) PAULO LESSA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Mato Grosso e
Presidente do Colégio de Corregedores

DUBEL COSME

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do
Norte e Vice-Presidente do Colégio de Corregedores e

OSIRIS FONTOURA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná e
Secretário do Colégio de Corregedores

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/2000

exonerar, a pedido, ADRIANE MAZOLA DE ARAUJO PERPÉTUO, matrícula nº 40264, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, sob o Regime Jurídico Único, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de março de 2000.

(Prot. nº 1991)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/2000

conceder, a Thirsa Rita Rossi Tirapelle, matrícula nº 40463, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Pessoal, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei de nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, a partir de 07 de fevereiro de 2000.

(Prot. nº 11881/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/2000

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso XVIII, do artigo 54, no inciso II do § 2º, do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma constituição, e no artigo 216, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E :

Art. 1º - Constatada a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja escolha é de competência da Assembléia Legislativa, será aberto o prazo, de 05 (cinco) dias úteis, para as inscrições dos candidatos.

Parágrafo Único - As inscrições serão feitas no protocolo geral da Assembléia Legislativa e dirigidas ao presidente do Poder Legislativo.

Art. 2º - Encerrado o prazo de inscrições, os pedidos serão enviados à Comissão Especial, constituída por cinco membros, assegurada a representação proporcional dos partidos e dos blocos parlamentares com assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º - A Comissão Especial opinará sobre os inscritos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, enviando a relação dos aprovados para liberação do Plenário.

Parágrafo Único - A Comissão Especial poderá ouvir os inscritos, em sessões reservadas.

Art. 4º - Recebido o parecer, a Mesa convocará, dentro de 05 (cinco) dias úteis, Sessão Especial para deliberar sobre os nomes aprovados pela Comissão Especial.

§ 1º - Na Sessão Especial cada deputado só poderá fazer uso da palavra uma vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º - Os oradores deverão se inscrever antes do início da discussão.

§ 3º - Os apartes, quando permitidos pelo orador, não poderão exceder a 03 (três) minutos.

Art. 5º - A Assembléia Legislativa deliberará sobre a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, por votação secreta, em discussão única.

§ 1º - Será considerado escolhido quem obtiver a maioria dos votos dos deputados presentes.

§ 2º - Se nenhum dos candidatos alcançar maioria na primeira votação, far-se-á, em seguida, nova votação, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se escolhido aquele que obtiver a maioria dos votos dos deputados presentes.

Art. 6º - A Assembléia Legislativa comunicará ao governador, dentro de 24 (vinte e quatro horas), o resultado da deliberação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.04.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 50/2000

colocar, a disposição da Universidade Federal do Paraná, a servidora deste Poder Legislativo, ISAMAR VILLA DE CARVALHO, para prestar serviços e elaborar novos projetos na área de Fisioterapia no Centro de Neuropediatria - Cenep, do Hospital de Clínicas desta universidade, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 2037)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.03.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral